

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
BACHAREL EM JORNALISMO**

AELTON SILVA DE AQUINO

**A DISTORÇÃO DO CONCEITO DE ECONOMIA NO JORNAL FOLHA
DE SÃO PAULO**

**BAURU
2010**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
BACHAREL EM JORNALISMO**

AELTON SILVA DE AQUINO

**A DISTORÇÃO DO CONCEITO DE ECONOMIA NO JORNAL FOLHA
DE SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP, campus Bauru, como parte dos requisitos para a obtenção do título de graduação em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, sob a orientação do Prof. Dr. Carlo José Napolitano.

**BAURU
2010**

Aquino, Aelton Silva.

A distorção do conceito de economia no jornal
Folha de São Paulo/Aelton Silva de Aquino, 2010.

86 f.: il.

Orientador: Carlo José Napolitano

Monografia (Graduação)-Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação, Bauru, 2010

1. Jornalismo. 2. Economia. 3. Distorção. 4.
Construção da realidade I. Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação. II. Título.

AELTON SILVA DE AQUINO

**A DISTORÇÃO DO CONCEITO DE ECONOMIA NO JORNAL FOLHA
DE SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP, campus Bauru, como parte dos requisitos para a obtenção do título de graduação em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, sob a orientação do Prof.. Dr. Carlo José Napolitano.

Banca examinadora

Prof. Dr. **Carlo José Napolitano** - orientador

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP/Bauru

Prof. Dr. **Maximiliano Martin Vicente**

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP/Bauru

Prof. Ms. **Reinaldo César Cafeo**

Instituição Toledo de Ensino – ITE/Bauru

**BAURU
2010**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço aos meus familiares pelos ensinamentos dos valores necessários para a minha formação.

Aos meus amigos pela motivação pessoal e profissional.

Ao Prof. Carlo José Napolitano pela orientação, confiança depositada e pelo apoio no desenvolvimento deste trabalho.

À Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e a todos os professores do curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo.

E em especial à minha esposa Patrícia, por sua compreensão e apoio em todos os momentos desta importante etapa em minha vida.

E à minha querida filha Maria Letícia que veio trazer mais cor e alegria para minha vida com seu doce sorriso.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
1 Fundamentação Teórica.....	11
1.1 Conceito de Economia.....	11
1.1.2 A Economia na Antiguidade.....	11
1.1.3 O Pensamento Mercantilista.....	12
1.1.4 A Economia Clássica e Neoclássica	13
1.1.5 O Conceito de Economia Segundo Principais Autores.....	16
1.2 O Jornalismo Econômico no Brasil	18
1.2.1 O Jornalismo Econômico Antes da Década de 70.....	18
1.2.2 O Desenvolvimento do Jornalismo Econômico na Década de 70	20
1.2.3 O Jornalismo Econômico de Serviço.....	25
1.3 O Jornalismo Econômico como Legitimador do Sistema Capitalista.....	27
1.3.1 O Discurso Capitalista nos Jornais.....	27
1.3.2 A Linguagem do Jornalismo Econômico.....	31
1.3.3 A Realidade Construída pelos Jornais.....	33
1.3.4 A Teoria da Construção Social da Realidade.....	33
1.3.5 Ameaça ao Exercício da Cidadania.....	36
1.3.6 A Abordagem do Jornalismo Econômico.....	37
1.4 A Desigualdade Sócio-econômica Brasileira.....	38
1.4.1 Crescimento Econômico e Desenvolvimento Econômico.....	39
1.4.2 Coeficiente de Gini e suas Oscilações no Brasil.....	41
1.4.3 Distribuição de Renda no Brasil.....	42
1.4.4 As Possíveis Causas da Desigualdade no Brasil.....	44
1.4.5 O Desenvolvimento Econômico na Economia Capitalista.....	49
2 Metodologia.....	52
2.1 O Jornal Folha de São Paulo.....	53
2.1.1 Caderno Mercado.....	55
2.2 Análise de Conteúdo.....	55
2.3 Etapas da Pesquisa.....	57
3 Resultados.....	63
3.1 As Ocorrências dos Termos no Jornal.....	63
3.2 Disposição das Matérias.....	74
3.3 Entrevistas.....	75
Considerações Finais.....	79
Bibliografia.....	82

RESUMO

O trabalho objetiva analisar se o conceito de economia como sendo a ciência da escassez encontra-se distorcido no jornal Folha de São Paulo. Os economistas neoclássicos caracterizam a economia como a ciência que se preocupa com o bem-estar das pessoas, satisfazendo suas necessidades. No entanto, a economia nos jornais da grande imprensa aparece em contextos em que apenas o lucro e os negócios das empresas são abordados, deixando de lado o problema da desigualdade econômica, o desemprego, as condições de trabalho, entre outras questões que também fazem parte da economia, mas que quase não são preocupações dos jornalistas. Neste trabalho, o objeto de estudo foi o caderno mercado, e a análise de conteúdo seguiu os critérios de Bardin (1977). Dez palavras foram escolhidas na categoria “ciência da escassez” e dez palavras foram escolhidas na categoria “ciência da abundância”. A partir dessas categorias, uma leitura criteriosa foi feita, contabilizando quantas vezes cada palavra surgia no jornal. Também se prestou atenção em que contextos as palavras surgiam e em qual gênero jornalístico elas se enquadravam. Em um segundo momento, foram feitas entrevistas com jornalistas de economia para saber o que eles entendem por economia e quais são as pautas mais comuns. A coleta de dados e as entrevistas contribuíram para a interpretação e a confirmação sobre a distorção ou não do conceito de economia e como isso acontece.

Palavras-chave: Jornalismo – Economia – Distorção – Construção da realidade

ABSTRACT

The work aims to analyse the concept of economics as the science of scarcity is distorted in the newspaper Folha de Sao Paulo. Neoclassical economists characterize the economy as the science that is concerned with the welfare of the people, satisfying their needs. However, the economy in the newspapers of the mainstream media appears in contexts where only the profit of companies and businesses are addressed, leaving aside the problem of economic inequality, unemployment, working conditions and other issues that are also part of economy, but they are hardly concerns of journalists. In this work, the object of study was the notebook Market and content analysis followed the criteria of Bardin (1977). Ten words were chosen in the category "science of scarcity" and ten words were chosen in the category "science of abundance." From these categories, a careful reading was done, counting how many times each word appeared in the newspaper. Also paid attention to the words that appeared and contexts in which they fell journalistic genre. In a second step, interviews were conducted with journalists from economics to know what they mean by the economy and what the guidelines are more common. Data collection and interviews contributed to the interpretation and confirmation on whether or not the distortion of the concept of economy and how it happens.

Key-words: Journalism – Economy – Distortion – Construction of reality

Introdução

O Brasil é um país marcado pela forte desigualdade sócio-econômica que tem sua origem na própria formação do Estado brasileiro. Desde a distribuição de terras pelo sistema de Capitanias Hereditárias e sesmarias no século XVI, a renda se concentrou nas mãos de poucas pessoas que possuíam poder político e econômico. Hoje, pode-se perceber que essa concentração tem seus reflexos na política, na economia, na cultura; e os meios de comunicação de massa, que também são propriedade dos privilegiados socialmente, reproduzem a ideologia dessa classe elitista, contribuindo para a manutenção do *status quo*.

Nesse contexto desigual, o jornalismo econômico atua como legitimador desse sistema, segundo Kucinski (2002). A hipótese da influência do noticiário econômico para a manutenção do *status quo* vem da distorção do conceito de economia nos jornais da grande imprensa. A Economia é tratada como sinônimo de dinheiro, o que desconsidera a sua conceituação mais ampla como sendo o estudo da escassez. Esse conceito presente nos estudos Horsman (1985), Rogers (1974), Barre (1980), Leftwich (1980) entre outros estudiosos considera que a economia deve se preocupar com as condições gerais do bem-estar da sociedade, com a distribuição de recursos escassos entre necessidades humanas. A economia, portanto, deve se ocupar “das questões relativas à satisfação das necessidades dos indivíduos e da sociedade”. (TROESTER E MOCHÓN, 2002, p.3).

Sendo assim, o jornalismo econômico requer uma cobertura que não foque apenas os índices econômicos e os balanços das empresas, mas sim a desigualdade econômica, o poder aquisitivo do salário, a falta de saneamento básico em cidades com alta arrecadação tributária, etc.

Ao omitir essas informações, a construção da realidade pelo jornalismo econômico é feita de acordo com os interesses da classe dominante. A maior parte da população vê nos jornais uma realidade que não corresponde com o que a sociedade vive em seu dia-a-dia. A impressão que os leitores têm é de que a situação econômica brasileira está sempre boa ou que os problemas podem ser amenizados de forma simplista. De acordo com Defleur (1993, p.277), “a mídia atual expande, ao invés de reduzir, o que chega aos nossos olhos e ouvidos”, portanto as pessoas tendem a dar mais importância a alguns fatos do que para outros de acordo com a ênfase dada pelos meios de comunicação.

A negação da informação contextualizada e condizente com a realidade se concretiza de pelo menos duas maneiras: com a linguagem técnica do jornalismo econômico, que direciona a informação para poucos e exclui os já socialmente excluídos, e com a escolha dos

temas a serem pautados, que também ignora pessoas que, por consequência, não percebem utilidade nas informações veiculadas.

Este trabalho tem por objetivo analisar o conteúdo do caderno de economia do jornal Folha de São Paulo, seguindo as orientações sobre análise de conteúdo de Bardin (1977), a fim de perceber a distorção ou não do conceito de economia no jornal e de que forma essa distorção se apresenta. A análise quantitativa por meio da coleta de termos que aparecem nas edições dará o suporte para a análise qualitativa, que vai interpretar em que contextos surgem os termos elencados e se, de fato, o jornal pauta assuntos que afastam os leitores das reportagens e que caracterizam a economia como “ciência da abundância”, conforme Beting (1982) definiu a abordagem das matérias que tratam apenas de dinheiro, lucro ou do interesse de empresários e investidores.

Para analisar a distorção será feita a coleta de dados no caderno de economia denominado Mercado nos finais de semana do mês de setembro, período que antecede as eleições presidenciais. Acredita-se que este período será marcado por uma maior quantidade de notícias na área de economia, já que os jornais estarão preocupados em mostrar aos leitores (e eleitores) a situação da economia brasileira em um período pré-eleitoral. Os finais de semana foram escolhidos por conter maior número de matérias interpretativas e também porque a tiragem do jornal é maior aos domingos.

Os objetivos da coleta de dados e da consequente análise são:

- 1) Analisar quantitativamente por meio de palavras-chave elencadas em duas categorias como o caderno de economia da Folha aborda a economia. As categorias serão: os termos que representam a “ciência da abundância” e os termos que representam a “ciência da escassez”.

- 2) Analisar qualitativamente os resultados obtidos no item anterior, discutindo de que forma a Folha de São Paulo contextualiza os termos e se trata de temas como o bem-estar da coletividade e a satisfação de suas necessidades nas matérias.

- 3) Verificar se as notícias têm como protagonista o homem e seus problemas econômicos ou os números e resultados econômicos, distanciando o assunto da realidade do leitor comum e também da realidade sócio-econômica brasileira.

- 4) Verificar se os jornalistas de economia compartilham, de certa forma, com a ideologia ou comportamento dos veículos. Para isso, será feita uma entrevista com profissionais que trabalham na área.

O trabalho pretende despertar nos profissionais de comunicação interessados no jornalismo econômico que as pautas de economia não são apenas aquelas tratadas

exaustivamente pelos jornais. É preciso destacar outros pontos de vista, outras realidades que não as relacionadas ao mercado financeiro, aos negócios e aos grandes temas da macroeconomia que pouco são aplicados no cotidiano dos leitores por uma deficiência na produção das reportagens. Portanto, este trabalho se justifica pela necessidade de se repensar o jornalismo econômico, pois o conceito de economia encontra-se distorcido nos jornais, de modo que o jornalismo especializado desloca-se de seu objetivo principal que é interpretar e noticiar os assuntos econômicos.

Para atingir o objetivo de conscientizar os novos profissionais de comunicação, na fundamentação teórica buscou-se autores para expor as principais ideias das teorias econômicas e dos conceitos de economia ao longo da história; em um segundo momento, há uma recapitulação dos principais jornais de economia que atuaram no Brasil assim como o surgimento da editoria no país; em seguida, autores como Kucinski e Quintão destacam como o jornalismo econômico se tornou legitimador do sistema capitalista e, para terminar, é mostrado um panorama da situação sócio-econômica brasileira, caracterizada pela forte desigualdade em todas as esferas.

No segundo capítulo, apresenta-se a metodologia do trabalho e de que forma foram feitas a coleta de dados e interpretação e, por fim, no último capítulo, os resultados são expostos com as devidas análises e interpretações. Nesse capítulo, os autores da fundamentação teórica retornam para que haja uma defrontação entre as afirmações deles e os resultados obtidos.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Conceito de economia

O tratamento dado aos assuntos econômicos nos jornais brasileiros distorce o conceito de economia estudado pelos principais teóricos das ciências econômicas. A economia como sendo a ciência preocupada com o estudo da escassez de recursos disponíveis para o uso da sociedade é tratada como a ciência da abundância. A distorção do conceito ocorre no momento em que as matérias jornalísticas enfocam o lucro das empresas, os recordes de investimentos, o mercado especulativo, enfim, todas as áreas em que a figura do dinheiro se sobrepõe à economia como ciência da escassez.

A compreensão do conceito de economia é essencial para a interpretação dos dados coletados neste trabalho. Por essa razão, neste capítulo serão apresentadas considerações de autores a respeito do significado da ciência econômica.

1.1.2 A Economia na Antiguidade

Primeiramente, é importante destacar que a economia não pode ser compreendida isolada em si mesma. Pelas implicações da ação econômica sobre outros aspectos da vida humana, como na política, na sociologia e na ética, o estudo da economia implica a abertura de suas fronteiras às demais áreas das ciências humanas.

De acordo com Rosseti (2000, p.43), a multiplicidade de fatores condicionantes da atividade econômica e a complexa teia de relações sociais dificultam a formação de uma definição abrangente para a economia. A economia, segundo o autor, é

Fortemente influenciada, tanto em sua construção como ramo do conhecimento, como na realidade, por diferentes concepções político-ideológicas, algumas até conflitantes entre si. Consequentemente, cada corrente de pensamento econômico enxerga a realidade sob ângulos diferenciados, a partir dos quais elabora suas concepções, estabelece seus conceitos e formata seus modelos. E tem mais: ao longo do tempo, as instituições econômicas e as concepções político-ideológicas se modificam. Torna-se geralmente maior a complexidade do processo econômico. Surgem novas preocupações. E evolui, decorrentemente, o conceito de economia.

Durante muito tempo a economia esteve ligada à solução de problemas particulares, como na Antiguidade Grega, por exemplo, em que apareceram apenas algumas ideias fragmentárias em estudos filosóficos e políticos, diferentemente do que ocorreu em outros campos como na Política, Filosofia, Ética e Geometria. Os estudos dessas áreas provocaram

forte impacto no pensamento antigo e moderno de modo que até hoje são referência para os trabalhos contemporâneos.

Embora o termo “econômico” (de oikos, casa, e nomos, lei) tenha sido utilizado pela primeira vez pelo grego Xenofontes, os autores gregos não apresentaram um pensamento econômico independente. Como destaca Pinho e Vasconcellos (2003, p.26), os pensamentos econômicos

Trataram apenas de conhecimentos práticos de administração doméstica; inclusive a Crematística (de chrema, posse ou riqueza) de Aristóteles, apesar do título referia-se, sobretudo, aos aspectos pecuniários das transações comerciais. Esse autor, contudo, apresentou algumas contribuições interessantes às teorias do valor, dos preços e da moeda.

Assim como na Antiguidade Grega, na Antiguidade Romana também não houve um pensamento econômico geral e independente. É fato que a sociedade romana teve contato maior com o comércio do que os gregos devido à unidade econômica do vasto império, mantida por meio de redes rodoviárias e de intensa navegação, mas a preocupação romana limitou-se quase que exclusivamente à política, “de modo que sua contribuição à economia foi quase nula” (PINHO E VASCONCELLOS, 2003, p.26)

Tempos mais tarde, na Idade Média (séc. V a séc. XV) e principalmente entre os séculos XI e XIV, o pensamento econômico ainda era dependente da filosofia e da política, embora a atividade econômica europeia tivesse alcançado um alto crescimento com as constantes feiras livres, corporações de ofícios e trocas comerciais inter-regionais.

1.1.3 O Pensamento Mercantilista

A partir do século XV o pensamento econômico passa a se desenvolver de forma mais consistente. As dimensões da economia, enquanto ramo do conhecimento, só se alargaram com a maior complexidade assumida pelas questões econômicas após o Renascimento, com o desenvolvimento dos novos Estados-nações mercantilistas: Espanha, Portugal, Inglaterra, França e Alemanha.

O mercantilismo (1450-1750) imprimiu ao pensamento econômico um cunho de arte empírica, de preceitos de administração pública que os governantes deveriam usar para aumentar a riqueza da nação. Diversos são os exemplos de comportamentos econômicos adotados pelos países a fim de aumentarem suas riquezas. Na Espanha e em Portugal, houve a proibição da saída de metais preciosos e da entrada de mercadorias estrangeiras nos países; na

França, o Colbertismo buscou o intervencionismo na indústria e o protencionismo alfandegário, para proteger e desenvolver a industrialização interna, e na Grã-Bretanha, o comércio e a navegação apareceram como as principais fontes de riqueza nacional.

O mercantilismo foi, portanto, um importante marco da passagem da economia regional para a economia nacional. Contudo, desde sua origem, o comportamento da sociedade no trato com a economia parecia dar sinais de que certas áreas tinham maior importância do que outras. Pinho e Vasconcellos (2003) mostram as falhas do mercantilismo principalmente no que tange ao demasiado valor atribuído ao metal precioso; à produção vista apenas em função da prosperidade do Estado ou do enriquecimento público, sem se preocupar com o bem-estar dos indivíduos; à forma como encarou o comércio internacional em que o lucro de um país é o prejuízo do outro; e à política colonial mercantilista, em que a colônia era explorada ao máximo e impedida de desenvolver qualquer atividade econômica.

Essas falhas do mercantilismo ilustram o abismo existente entre o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico que será discutido no próximo capítulo. O lucro em detrimento do bem-estar social é a principal característica dessa época.

1.1.4 A Economia Clássica e Neoclássica

Em 1776, Adam Smith torna-se chefe da Escola Clássica que, juntamente com a Escola Fisiocrática, marcou o início da fase propriamente científica da economia. Smith acreditava no egoísmo inato dos homens e na harmonia natural de seus interesses: todo indivíduo se esforça, em seu próprio benefício, para encontrar o emprego mais vantajoso para seu capital.

Para Smith (2000, p.65), existe uma propensão na natureza humana a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa por outra. Essa propensão “encontra-se em todos os homens, não se encontrando em nenhuma outra raça de animais, que não parecem conhecer nem essa nem qualquer outra espécie de contratos”.

O instinto de trocar mais a tendência de ganhar mais dinheiro e de subir socialmente “conduzem o trabalhador a poupar, a produzir o que a sociedade precisa e a enriquecer a comunidade. Se o governo se abster de intervir nos negócios econômicos, a ‘Ordem natural’ poderá atuar.” (PINHO E VASCONCELLOS, 2003, p.31).

Os pressupostos de Adam Smith eram fundamentados, de forma geral, nas leis que regem a formação, a acumulação, a distribuição e o consumo da riqueza. Esses quatro elementos foram a base do conceito clássico de economia. Os economistas clássicos Thomas

Malthus, John Law, Stuart Mill, Richard Cantillon, David Ricardo e o teórico Jean Baptiste Say definiam a economia partindo desses quatro fluxos.

Com os novos fatos econômicos e as transformações estruturais das economias das nações industrializadas, coube aos neoclássicos ou marginalistas não apenas a reabordagem teórica que se impunha, mas também a elaboração de princípios teóricos fundamentais da Ciência Econômica, afinal houve transformações significativas: no sistema capitalista, que deixava de ser concorrencial para ser monopolístico; no Estado, que deixava de lado sua passividade para interferir no campo econômico; no salário dos trabalhadores, que apresentava melhoras em vez de deterioração; etc.

Essa evolução no pensamento econômico foi marcado, como destaca Pinho e Vasconcellos (2003, p.35)

No início – 1870 – pelo decênio em que surgiu a análise econômica moderna com a mudança na definição dos problemas econômicos: da determinação das causas do desenvolvimento da riqueza, o economista passou a se preocupar com a alocação dos **recursos escassos** entre usos alternativos, com o fim de maximizar a utilidade ou a satisfação dos consumidores. Concomitantemente, a economia adquiriu caráter internacional, já que anteriormente representava campo de estudos de ingleses e franceses, principalmente. E tornou-se disciplina acadêmica, estudada em universidades, deixando de ser domínio quase exclusivo dos homens de negócio. No fim pela Grande Depressão de 1929, que gerou verdadeira “crise de consciência” dos economistas, quando estes perceberam que a ciência clássica não lhes permitia analisar integralmente a expansão da atividade econômica e elaborar políticas econômicas adequadas. (grifos meus)

A economia neoclássica busca, pois, explicar a alocação de recursos escassos entre os usos correntes. É nessa corrente de pensamento econômico que surge o conceito da economia como ciência da escassez de forma mais intensa, afinal o homem racional estaria disposto a equilibrar seus gastos marginais com seus ganhos marginais. Por essa razão, este capítulo irá se prender na economia neoclássica.

Os neoclássicos buscaram entender o equilíbrio do processo econômico, e muitos de seus autores reagiram às iniquidades sociais, sintetizando os temas cruciais da economia em um novo trinômio: riqueza-pobreza-bem-estar. A conduta econômica do homem estava fundamentada na escassez de recursos diante de necessidades ilimitáveis que, somente nos estágios primitivos de civilização, são suscetíveis de serem satisfeitas.

De acordo com Rosseti (2000), conforme o homem vai progredindo, suas necessidades aumentam e se diversificam, ao mesmo tempo em que surgem novas formas para satisfazê-las. A economia seria, portanto, um estudo da riqueza e também uma parte do estudo do homem, pois examinaria a ação individual e social, em seus aspectos ligados à

obtenção e ao uso dos elementos materiais do bem-estar. A economia diz respeito, principalmente, “aos motivos que afetam de modo intenso e constante, a condução do homem no trato com as questões que interferem em sua riqueza e nas condições materiais de seu bem-estar”. (Rosseti, 2000, p.47)

A perspectiva socialista também deu contribuições sobre o que se ocupa a economia. Lange (1967, apud ROSSETI, 2000) fixa os pontos básicos dessa perspectiva. Segundo o autor, as necessidades dos homens são produto da vida social em comum, e dependem do grau de desenvolvimento alcançado pela sociedade. Sendo assim, o homem se depara com necessidades cada vez maiores em um sistema capitalista.

Para satisfazer a essas necessidades, é necessária a produção e usufruto de bens, adaptando os recursos extraídos da natureza. A produção desses bens é fundamentada no trabalho. Após a produção, segundo Lange é preciso haver a distribuição ou repartição do produto social do trabalho. A distribuição assume diferentes formas, de acordo com os graus de desenvolvimento da sociedade.

Lange conclui que enquanto as relações de produção dependem do nível histórico das forças produtivas, isto é, da atuação social do homem no trato com a natureza, as relações da distribuição dependem das relações de produção. A economia, portanto, se ocupa do estudo das leis sociais que regulam a produção e a distribuição dos meios materiais destinados a satisfazer às necessidades humanas.

Nesta mesma linha de raciocínio, Troester e Mochón (2002, p.3), afirmam que

As pessoas necessitam alimentar-se, vestir-se, receber uma educação etc., para isso há os recursos, mas a renda é insuficiente na hora de conseguir todos os bens e serviços desejados para satisfazer suas necessidades” (...) A sociedade tem também necessidades coletivas, tais como estradas, defesa, justiça etc. O mesmo ocorre individualmente com as pessoas, que também têm mais necessidades do que meios para satisfazê-las. A economia se ocupa das questões relativas à satisfação das necessidades dos indivíduos e da sociedade.

Os autores citam como exemplo o consumo das famílias para explicar a economia como ciência da escassez. Segundo Troester e Mochón (2002), as famílias têm de decidir como vão gastar a renda entre os diferentes bens e serviços ofertados para satisfazer suas necessidades. Assim, uma família na hora de decidir entre um televisor ou uma máquina de lavar leva em conta suas necessidades, os preços de ambos os bens e suas próprias preferências, de forma que o resultado da escolha seja o mais apropriado.

A economia, portanto, de acordo com os autores Troester e Mochón (2002, p.5), “estuda a forma pela qual os indivíduos e a sociedade fazem suas escolhas e tomam decisões,

para que os recursos disponíveis, sempre escassos, possam contribuir da melhor maneira para satisfazer as necessidades individuais e coletivas da sociedade”.

De modo geral, o pensamento neoclássico em torno das preocupações da ciência econômica centra-se na maneira como se administram os recursos escassos, com o objetivo de produzir bens e serviços e distribuí-los entre os membros da sociedade.

1.1.5 O Conceito de Economia Segundo Principais Autores

Lionel Robbins, na primeira metade da década de 30, tentou caracterizar os fatos econômicos de forma menos influenciada por sistemas ideológicos. Em seus ensaios sobre a natureza e o significado da economia, Robbins se fixou em quatro pontos principais: a multiplicidade de fins, a priorização de fins possíveis, a limitação de meios e emprego alternativo dos meios, de forma que nenhum dos quatro pontos isolados é suficiente para caracterizar o fato econômico. A capacidade humana de fazer escolhas, em face da multiplicidade de fins pretendidos e ainda da diversidade de meios para alcançá-los é o grande elo que une as quatro condições. “O fato econômico resume-se, assim, nos atos de escolha entre fins possíveis e meios escassos aplicáveis a usos alternativos”, (ROSSETI, 2000, p.50).

O conjunto de elementos conceituais (meios escassos, fins alternativos e ilimitados, escolha e alocação) está presente na maior parte das definições de economia.

Para Umbreit, Hunt e Kinter (1957, apud ROSSETI, 2000), a economia é o estudo da organização social através da qual os homens satisfazem suas necessidades de bens e serviços escassos.

Leftwich (1980, apud ROSSETI, 2000) diz que embora nem sempre seja fácil separar a demarcação das fronteiras que separam a economia de outros campos do conhecimento social, há atualmente concordância geral em relação a seu conteúdo principal. Ao se ocupar das condições gerais do bem-estar, o estudo da economia inclui a organização social que implica distribuição de recursos escassos entre necessidades humanas alternativas, com a finalidade de satisfazê-la a nível ótimo.

Para Barre (1980, apud ROSSETI, 2000), a economia é a ciência voltada para a administração dos escassos recursos das sociedades humanas; ela estuda as formas assumidas pelo comportamento humano na disposição onerosa do mundo exterior, decorrente da tensão entre desejos ilimitáveis e meios limitados.

Stonier e Hague (1957, apud ROSSETI, 2000) afirmam que se não houvesse escassez nem necessidade de repartir os bens entre os homens, não existiriam sistemas econômicos

nem economia. A economia é fundamentalmente, segundo os autores, o estudo da escassez e dos problemas dela decorrentes.

De acordo com Rogers (1974, apud ROSSETI, 2000), a economia diz respeito ao estudo de um fenômeno chamado escassez. Embora o homem tenha sido até aqui bem-sucedido em fazer com que se expandissem a produção de bens e serviços necessários a sua vida, ele não conseguiu reduzir substancialmente a diferença entre seus desejos e meios capazes de satisfazê-los. Continua, assim, agindo economicamente, pois ainda não se libertou e, presumivelmente, não será fácil libertar-se do difícil exercício da escolha.

E por último, Horsman (1985, apud ROSSETI, 2000) diz que escolher a melhor forma de empregar recursos escassos para obter benefícios máximos é o problema básico de todas as sociedades economicamente organizadas.

Observando a explicação que cada um dos autores dá para a economia, conclui-se que o fenômeno da escassez está intrinsecamente ligado ao conceito de economia. A ciência econômica tem que se ocupar, portanto, com os aspectos da sociedade que abrangem não somente a riqueza, o lucro e o crescimento econômico, mas também as disparidades sociais, de renda, de emprego, enfim todos os aspectos que ilustrem a economia como ciência da escassez, ou seja, como administração de recursos escassos a fim de saciar necessidades individuais e coletivas, e não como ciência da abundância, em que a acumulação de capital parece ser o único meio possível para atender as necessidades, muito mais individuais do que da coletividade.

O fato é que atualmente todos desejam e pensam que necessitam dos mais variados bens econômicos. As novas necessidades que surgem com o advento da globalização, das novas tecnologias, da industrialização exigem contínuo suprimento de bens a atendê-las, o que provoca um desequilíbrio na relação entre necessidades ilimitadas e recursos escassos, já que as necessidades sempre aumentam e os recursos são sempre escassos.

1.2 O Jornalismo Econômico no Brasil

Em um período de globalização em que as economias se encontram integradas, a informação econômica tornou-se ferramenta importante na tomada de decisões de governos e investidores. Nesse contexto, o jornalismo econômico desponta como uma área em expansão, atraindo novos profissionais e exigindo constante atualização e especialização. No entanto, a dificuldade no tratamento dos assuntos por parte dos jornalistas obscurece a informação, tornando-a distante da realidade de muitos brasileiros. A economia tem seu significado

distorcido e é entendida muitas vezes como dinheiro ou lucro, quando, na realidade, a ciência econômica abrange a escassez, o que exige do jornalismo econômico a cobertura da desigualdade, miséria e outros problemas de origem econômica.

O jornalismo econômico no Brasil se consolidou na década de 70 durante o regime militar, por essa razão neste capítulo será focada a expansão do jornalismo econômico a partir dos anos 70, já que como será visto a seguir, o jornalismo econômico praticado antes deste período era um jornalismo totalmente diferente do que é praticado atualmente.

1.2.1 O Jornalismo Econômico Antes da Década de 70

As publicações anteriores à década de 70 se resumiam em publicações institucionais feitas quase sempre por jornais do comércio, o que configurava um jornalismo panfletário muitas vezes vinculado a classes patronais. Os assuntos eram gerais, misturando economia com outras áreas em um mesmo espaço. Era comum a presença de editais de cartório, protestos, atas de Assembléia, balanço de empresas, ou comunicado de companhias ao público.

O jornalismo na década de 50, por exemplo, era marcado pelo colonismo em detrimento das grandes reportagens. As matérias, geralmente analíticas, eram escritas por estrangeiros especializados em economia internacional como o alemão Frederico Heller e o francês Roberto Appy. Ambos não sabiam português e seus artigos tinham que ser traduzidos, o que acrescentava um certo grau de complexidade aos textos. A presença de estrangeiros no jornalismo econômico brasileiro era necessária, pois não havia jornalistas especializados no Brasil. Os jornais, portanto, recorriam a economistas do exterior, ou, por vezes, a brasileiros com formação acadêmica, mas que não tinham no jornalismo sua principal atividade profissional. Esses primeiros personagens do jornalismo econômico emitiam opiniões e mantinham vínculos empregatícios com o setor econômico, público e privado.

Quintão (1987) diz que o Ministério da Fazenda e as agências de informação estrangeiras eram as principais fontes da informação. Havia uma resistência em veicular notícias econômicas, especialmente da indústria, por aparentarem matérias pagas.

Somente na década de 60, os jornais começaram a realizar uma cobertura mais sistemática da economia. Apesar do grande destaque dado à política, os principais jornais como Diário Carioca, Diário de Notícias, Última Hora, Tribuna da Imprensa já tinham suas seções fixas de economia com seus colunistas. A característica dessa fase foi marcada pela ênfase econômica a partir dos artigos e opinião dos articulistas.

Os jornalistas que cobriam economia eram os mesmos que cobriam outros assuntos, o que deixava a área carente de qualidade, com textos complexos e repletos de versões oficiais. Para Quintão (1987, p.59), “os assuntos de economia são divulgados com uma linguagem cheia de jargões políticos e reinterpretados pela imprensa de acordo com as conveniências ou linha partidária de cada jornal”.

A alocação de jornalistas de outras áreas na cobertura da economia não possibilitava a especialização da editoria. Além da dificuldade que encontravam para expressar os fatos econômicos de uma maneira que o leitor pudesse entender, também pesava contra eles a dependência das fontes oficiais, que podiam dizer o que quisessem com o uso de uma linguagem complexa, batizada como “economês”. Por falta de especialização do jornalista, essa linguagem ininteligível era repassada aos leitores que também pouco podiam entender. Como destaca Cafeo (2007, p.36)

O que se observa era um amadorismo no trato da informação econômica: quer pela baixa remuneração dos jornalistas, quer pelo interesse das empresas jornalísticas que se modernizam à custa do próprio capital estrangeiro, além de contar com subsídios governamentais (câmbio favorável) para importação de máquinas e equipamentos.

De acordo com Cafeo (2007, p.36) “a ação desenvolvimentista implementada no governo JK gera um despertar de interesse sobre a economia, dada sua estreita ligação com a política”. O público, portanto, passa a se interessar pelo tema e novas seções de economia são abertas nos jornais. Mesmo interessado pelo tema, o público ainda se afastava das publicações devido à utilização de linguagem especializada.

Os assuntos abordados no jornalismo econômico desta época estão relacionados com o ufanismo desenvolvimentista, com a retórica nacionalista de defesa ou não do capital estrangeiro, com as questões relativas à exploração do petróleo, às riquezas minerais, à defesa dos produtos primários de exportação, especialmente o café. Segundo Quintão (1987, p.59), “esses temas viram teses nos programas dos partidos ou no discurso dos políticos e é isso principalmente que os tornam notícia. As fontes geralmente são os políticos e os partidos”.

1.2.2 O Desenvolvimento do Jornalismo Econômico na Década de 70

O oficialismo teve seu período marcado de forma intensa na década de 70, durante o “milagre econômico”¹. O aumento no volume de investimentos no Brasil e, consequentemente as altas taxas de crescimento econômico, abriu espaço para as informações sobre economia, que se tornaram freqüentes no jornalismo. No entanto, essas informações eram captadas do governo que tinha interesse em divulgar os bons resultados da economia.

O discurso oficial é dirigido principalmente à classe média e aos segmentos sociais com poder de barganha política. A informação de economia apoia-se nos diversos indicadores de crescimento, na palavra e cálculos econométricos dos tecnocratas. Trata-se de uma informação que apregoa-se a paz social, a recuperação econômica e o “milagre do crescimento”. O milagre, segundo Quintão (1987, p.74)

É reproduzido nos jornais, e discutido pelos intelectuais brasileiros, que o descrevem e questionam em artigos, entrevistas e debates num reconhecimento tácito da sua existência. O milagre transforma-se no “modelo brasileiro de desenvolvimento” e é legitimado em teses de mestrado e doutorado de brasileiros em universidades estrangeiras e, em seguida, transformadas em livro.

Para noticiar as transformações econômicas pela qual passava o país, os jornalistas buscaram se especializar em economia. A busca pelo conhecimento em torno da área era feita em órgãos públicos como o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), Banco Central, Ministérios, Conselho Nacional de Siderurgia e Bolsa de Valores, que ofereciam cursos rápidos e procuravam instruir os jornalistas com algumas informações específicas.

Como os professores não eram jornalistas, mas sim técnicos ou graduados em ciência econômica, era natural que os alunos absorvessem o jargão econômico e dissociasse a prática do jornalismo da economia. Os pilares do jornalismo como objetividade, linguagem clara e texto conciso eram abandonados a favor de um texto hermético em que os números se sobrepunham à informação. Rosa (2005, p.74) mostra que as raízes da linguagem técnica conhecida como economês

¹ É importante lembrar que a expressão foi usada pela primeira vez no jornal *The Economist* em uma matéria que comparava as taxas de crescimento do Brasil, no período de 1970 a 1974, com as da Alemanha Ocidental, do Japão e da Coreia.

Derivam da própria formação dos jornalistas, que durante o período militar buscaram sua especialização em Institutos Econômicos e assimilaram conceitos e linguagem específica da área. A convivência com as fontes influenciou a apropriação da linguagem tecnocrata pelos jornalistas, que se esqueceram de traduzi-la para o leitor.

O fato é que a década de 70 foi o marco do desenvolvimento do jornalismo econômico no Brasil porque a economia era o centro do noticiário, já que era o único tema em que a censura pouco reprimia. A censura prévia e a autocensura vigorava nas redações desde a Lei da Imprensa editada em 1967, que pregava a censura e apreensão de publicações que desagradassem o governo. Em razão disso, o jornalismo econômico passou a ocupar espaços dos jornais que antes eram dedicados a outros assuntos, como a política, por exemplo. O “milagre econômico” é a pauta dos jornais e seus resultados podem ser enaltecidos pela imprensa. Basile (2002, p.84) afirma que

A imprensa, duramente atingida pela censura, tinha, no entanto, condições de cobrir as transformações econômicas que, para o bem e para o mal, iam mudando a face do Brasil. Em uma fase de expansão, nos anos 70, cunhou-se a expressão milagre brasileiro, para o que aqui ocorria, e isso era permitido cobrir. (Basile, 2002, p.84)

Aquino (1999) mostra em sua pesquisa sobre a censura no período do regime militar que as questões políticas correspondem a mais da metade do material vetado no jornal O Estado de São Paulo, de onde partiu sua análise. No caso do jornalismo econômico, as únicas vezes que a censura se fez presente foi em casos em que jornalistas criticavam o modelo econômico, baseado nos privilégios às multinacionais e entrada do capital estrangeiro; faziam comentários relativos a crises temporárias, divergiam do então ministro Delfim Neto quanto à condução da política agrícola no país, do aumento da inflação e do lucro dos bancos em detrimento das desigualdades sociais no Brasil. Exceto nesses casos, a economia podia ser tratada sem maiores problemas.

Abaixo segue a tabela construída por Aquino para ilustrar os temas mais censurados pelo jornal no período entre 29/03/73 e 03/01/75:

Unidades temáticas	Quantidade	%
Questões políticas	601	52,91
Questões econômicas	91	8,01
Questões sociais	128	11,27
Questões educacionais e culturais	75	6,6
Questões de política internacional	33	2,9
Censura	208	18,31
Total	1136	100

Fonte: AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado autoritário**. Bauru: EDUSC, 1999.

Pela tabela é possível verificar que enquanto a cobertura política corresponde a 50% do material atingido pela censura, a cobertura econômica representa 8%, o que comprova que à medida que o jornalismo político é silenciado, a cobertura econômica ganha espaço nos jornais. É importante ressaltar que neste período, a cobertura econômica é feita de forma parcial e assume dimensões políticas. Se no início do século XIX o jornalismo econômico se caracterizava pelo colunismo social e pela publicidade das empresas, na década de 70 e 80 ele cobre os fatos com forte influência ideológica de partidos políticos.

Mesmo desfrutando de uma certa liberdade na veiculação dos assuntos econômicos, também havia censura na área, porém menos intensa do que no jornalismo político. Conforme as editorias de economia iam se desenvolvendo, os censores aumentavam o controle dentro das redações, passando a vetar assuntos que revelavam a fragilidade do crescimento brasileiro como a alta dívida externa e a inflação, ou que dirigiam críticas diretas ao regime ou à política econômica.

De acordo com Caldas (2003) entre os assuntos censurados entre 1973 e 1974 estão a proibição de veiculação de comentário sobre a recessão econômica do país e sobre greves de ônibus ou até mesmo a divulgação antecipada de prestações de serviço como alta da gasolina, reajuste de preços ou correção da inflação.

Para garantir o controle dos jornais e agências de informação, foi criado o Ministério das Comunicações. A Empresa Brasileira de Notícias passa a fornecer noticiário gratuito para jornais e rádios do interior junto com a Radiobrás, que é criada tempos depois. O oficialismo era a maneira que o governo havia encontrado para impedir as críticas ao seu programa.

A crítica maior era feita apenas nos jornais alternativos como o Opinião e Movimento, para os quais escreviam Bernardo Kucinski e Teodomiro Braga. Esses jornais criticavam o modelo econômico vigente e abordavam assuntos que a grande imprensa recusava-se ou estava proibida de publicar.

Um outro exemplo de jornal com postura crítica frente à política econômica brasileira foi o encarte do Correio da Manhã, Diretor Econômico. Para Quintão (1987), o Diretor adota uma linha editorial crítica, esclarecedora do mercado, denunciadora das práticas contábeis maliciosas, seja pelas empresas ou pelo Governo. Trata-se de um encarte semanal com 16 páginas diárias voltado para a cobertura do mercado de capitais, que contribuiu para o aumento no volume de transações na Bolsa de Valores por explicar de forma simples o funcionamento desse setor. O Diretor Econômico mostrava que qualquer cidadão podia aplicar na bolsa.

A participação popular na Bolsa de Valores aumentou após o trabalho feito pelo encarte que, de certa forma, favoreceu o regime militar, já que ao esclarecer o mundo econômico fomentava o interesse do cidadão pelo mundo dos investimentos, como queria o regime. No entanto, não se pode negar o aspecto crítico que o Diretor Econômico trazia em suas páginas. O Diretor era duramente criticado por Delfim Neto, então ministro da Fazenda, por seu posicionamento contra a política econômica do Governo.

Enquanto o Diretor Econômico marcava a sua presença no jornalismo econômico no Brasil atuando no estímulo ao desenvolvimento do mercado de ações e na crítica à política econômica, o jornal Gazeta Mercantil desempenhava um importante papel na consolidação do sistema, ao extrair do noticiário político do cotidiano a essência da informação econômica e de negócio, voltada para o estímulo do desenvolvimento de uma economia de livre mercado. A proposta da Gazeta Mercantil era ter abrangência nacional, voltada aos empresários com objetivo de completar a cobertura diária dos grandes jornais com informações detalhadas da área financeira e do mercado. Seu objetivo desde o início era ser o segundo jornal mais lido do Brasil, atrás apenas dos jornais com notícias locais.

Outro exemplo de imprensa econômica importante no período em questão foi a revista Expansão, fundada por Harvey Poppel. A revista inovou ao realizar a cobertura focada na atuação dos empresários, nas fórmulas de sucesso e no marketing, que se tornariam uma prática constante no jornalismo econômico existente até hoje. Basile (2002, p.73) conta que a revista Expansão

Era um curioso e fascinante modelo de revista de negócios porque tinha, em embrião, todas as características que marcariam, depois, a evolução da imprensa econômica no Brasil. Era: nacional, tanto na cobertura como na distribuição; focada nas competências dos empresários, na maneira peculiar como enfrentavam os desafios para resolvê-los, e, nesse sentido, contadora de boas histórias de caso que, dependendo das circunstâncias, poderiam ser adaptadas à solução dos problemas de qualquer empresa; na cobertura utilizava vários dos critérios que recomendava para a administração dos negócios. Dois dos princípios de Harvey eram famosos na redação: marketing é segmentação e marketing é follow-up. (Basile, 2002, p.73)

Em 1975, a revista Expansão foi comprada pela editora Abril e incorporada à revista Exame, que se consolidou pela qualidade na imprensa econômica. Alguns jornalistas de Expansão foram para Gazeta Mercantil.

De forma geral, Quintão (1987) destaca que o jornalismo econômico praticado na década de 70 abandona questões polêmicas. Concentra-se mais nas grandes operações financeiras internas e externas, avançando em discussões meramente acadêmicas de categorias simbólicas da ciência econômica, tais como o comportamento dos agregados econômicos (PIB, balanço de pagamentos, inflação, meios de pagamento, déficit público, etc.). Dedica tempo considerável para debater correntes do pensamento econômico contemporâneo como ‘estruturalistas’, ‘monetaristas’, ‘pós-keynesianos’.

O fato é que o jornalismo econômico durante os anos do regime militar buscou não entrar em conflito com o governo, raras algumas exceções como foi visto anteriormente. O governo, por sua vez, estimulou a classe empresarial a fim de evitar maiores transtornos no que diz respeito às críticas à política econômica brasileira. A partir do Golpe de 1964, as limitações legais até então impostas ao capital estrangeiro são suspensas, o que estimulou empresas editoriais internacionais a acelerar a sua entrada no Brasil². Assim, os proprietários de jornais viram-se obrigados cada vez mais a trocar compromissos públicos, políticos e até partidários por um modelo de imprensa industrial.

As empresas jornalísticas brasileiras conseguiam, portanto, privilégios como facilidades e concessões fiscais que até então eram exclusivos do próprio Estado. A relação da imprensa com o Estado se caracterizava por uma troca de favores, como explica Quintão (1987, p.89)

² A participação do capital estrangeiro na economia nacional está presente no art. 192, e no que se refere à participação desse capital nas empresas jornalísticas, encontramos citações no art. 222 da atual Constituição Brasileira de 1988.

Aqueles que se ajustam ao sistema são beneficiados direta ou indiretamente. A proposta de modernização da empresa abrirá caminho para o beneficiado às facilidades fiscais e creditícias. Por outro lado, serão criadas dificuldades para aqueles que não se adaptam. Estes são conduzidos a um processo de esgotamento, seja pelo fortalecimento dos concorrentes, supressão de privilégios, ou outros mecanismos políticos e econômicos artificiais.

Nesse contexto, Quintão observa que a imprensa passa a se comportar como “aparelho ideológico de Estado”, conforme expressão usada por Althusser. Para Louis Althusser (1980), a ideologia é disseminada pela família, escola, empresa, Igreja, quartel, meios de comunicação de massa, que são responsáveis pela sua reprodução. O autor parte da concepção segundo a qual o Estado representa os interesses da classe dominante, cujos valores mantém ao garantir a ordem vigente, reproduzindo as condições adequadas ao capitalismo.

Para Quintão (1987), a imprensa nas décadas de 70 e 80 enaltece os bons resultados da economia, o crescimento industrial, os investimentos, criando na população a impressão de que há melhores condições materiais no país. Não são abordados, por exemplo, os problemas da dívida externa, da inflação ou das disparidades regionais.

1.2.3 O Jornalismo Econômico de Serviço

A fase do jornalismo econômico como propagador de um discurso oficial e idealizado de uma sociedade com altas taxas de crescimento econômico começa a se desfazer durante o governo de Ernesto Geisel em 1974, quando o economista Mário Henrique Simonsen assume o Ministério da Economia e revela a farsa da baixa inflação que era divulgada pelo governo Médici. Os jornais, que até então funcionavam como porta-voz das realizações do regime, começam a questionar os índices econômicos e mostram a fragilidade da economia brasileira, aproveitando o período do abrandamento da censura, como mostra Basile (2002, p.84)

A imprensa decidiu explicar (o que ocorria no país). E explicar era fazê-lo a partir do fio da meada, a partir das contas nacionais, porque aí é que tudo podia dar certo ou errado. Se desse errado (como deu com a crise da dívida de 1981), o regime militar iria embora, água abaixo, junto com a crise econômica. E isso poderia ser uma porta de saída para o impasse institucional, como foi.

Basile (2002) ainda acrescenta que traduzir a economia para o público era a única forma dos jornalistas provarem a ineficácia do governo autoritário.

Nesse cenário, o jornalismo de serviço ganha destaque na editoria de economia dos jornais. O público tinha a necessidade de entender o que de fato acontecia no país, o que ocorria por trás dos grandes números da economia nacional. A função do jornalismo de

serviço era esclarecer as dúvidas dos leitores e informá-los sobre os seus direitos. Assuntos como poupança, inflação, prestações da casa própria eram os mais lidos pelos leitores que estavam preocupados com o seu dinheiro. O jornalismo de serviços se expandiu no período, como destaca Kucinski (2002, p.16)

O jornalismo de serviços teve uma expansão com os desdobramentos da crise do “milagre econômico” dos anos 70. Primeiro com a alta do petróleo; depois, com as greves operárias, e a profunda recessão dos anos 80, marcada pelos saques a supermercados; finalmente, a alta dos preços. A inflação alimenta o jornalismo de serviços, voltado aos problemas econômicos e financeiros de seus leitores de classe média, tais como prestações da casa própria, aplicações em poupança, impostos e taxas escolares, custo de vida e defesa do consumidor.

Celso Ming, então jornalista do Jornal da Tarde, fez sucesso com sua coluna semanal “Confira seu dinheiro”, em 1981. Tempos depois, outros jornais passaram a publicar colunas semelhantes e outros jornalistas despontavam como esclarecedores da situação econômica do Brasil. Para Basile (2002), Joelmir Beting foi o primeiro jornalista a traduzir os assuntos econômicos de maneira simplificada para seus leitores, utilizando metáforas e linguagem popular para explicar as questões econômicas. Beting falava de “campo minado da expansão da inflação” e, quando queria se referir a uma série de eventos encadeados que podiam surtir consequências imprevisíveis, falava da “bola de neve desses eventos”.

O jornalismo de serviço deu um grande salto na década de 80 em razão da crise econômica pela qual passava o país. Diante da inflação que corroía os salários, dos sucessivos pacotes econômicos que entravam em vigor e da falta de transparência do governo com as contas públicas e com a política econômica, a população se viu na necessidade de acompanhar o que de fato ocorria no país e encontrava no jornalismo de serviço a resposta para suas dúvidas. Com isso, o jornalismo econômico deixou de restringir sua cobertura a grandes empresários e investidores, centrada nas notícias sobre investimentos e política econômica, e passou a enfocar também o interesse do cidadão.

Foi durante a década de 80 que o jornalismo econômico se especializou ainda mais e, segundo Basile (2002), isso era necessário para que o público entendesse a complexidade das questões envolvidas nas tentativas de proceder à estabilização da moeda; entender como e por que o Brasil tinha quebrado, nos idos de 1981; quais as novas condições da retomada do crescimento e, sobretudo, porque éramos uma nação injustamente dividida entre ricos e pobres. Segundo Basile (2002, p.76)

Investiu-se muito na cobertura econômica e de negócios e, sobretudo, na explicação dos vetores que afetam as finanças pessoais dos cidadãos. Diversos jornalistas se notabilizaram pela integridade e coragem com que interpretaram as inquietações, ansiedades e fúria do público, destacando-se entre eles, Lillian Wite Fibe, que vinda da mídia impressa, na Gazeta Mercantil, consolidou uma reputação de excelência em jornalismo econômico na Rede Globo. Os jornais diários passaram a abrir seções de finanças pessoais para seus leitores e novos canais e novos canais de comunicação passaram a se estabelecer com esse público ávido. (Basile, 2002, p.76)

Segundo Kucinski (2000, p.16), “o jornalismo de serviços é ao mesmo tempo didático e voltado a uma cidadania econômica. Com os repetidos pacotes econômicos, tornou-se vital no cotidiano das pessoas”.

É esse jornalismo de serviço e esse jornalismo econômico em geral que será estudado nos capítulos seguintes para a compreensão de seu papel na sociedade brasileira. Atualmente o jornalismo de economia enfrenta desafios que são favoráveis às empresas e ao sistema capitalista e liberal e que impedem o acesso à informação aos cidadãos brasileiros como um todo. A restrição à informação contribui para a manutenção da desigualdade brasileira e entra em conflito com a função dos meios de comunicação como promotores da cidadania.

1.3 O Jornalismo Econômico como Legitimador do Sistema Capitalista

O Brasil é um país marcado pela forte desigualdade sócio-econômica, que se repete em todos os âmbitos da sociedade, inclusive na imprensa. O sistema capitalista com suas injustiças sociais é retratado pelos meios de comunicação de forma quase imperceptível para aqueles que consomem a informação de forma acrítica. O enquadramento construído pelos veículos camufla seus reais interesses, promovendo uma espécie de consenso sobre determinado assunto, como será visto neste capítulo.

1.3.1 O Discurso Capitalista nos Jornais

A percepção popular da política e da sociedade provém principalmente do rádio e da TV, e em menor escala, dos jornais e das revistas. De acordo com Kucinski (2000), ao assumir o papel de meio difusor da ideologia dominante, os veículos de comunicação reforçam valores capitalistas, o que contribui para a acentuação da desigualdade. O jornalismo econômico surge nesse contexto como legitimador da ideologia burguesa ao propagar o

discurso desenvolvimentista e modernizante, contribuindo para o desenvolvimento do capitalismo e de suas formas de produção, como afirma Kucinski (2002, p.38)

De legitimadora da política, a economia passou a legitimadora do próprio jornalismo e acabou por inverter seus valores. O sujeito das histórias passou a ser o capital e seu lucro e não o homem e seus dramas individuais e coletivos. Essa inversão de valores foi agravada pela natureza da economia na era neoliberal, que excluiu o povo de seu campo de significações.

Para Quintão (1987), a legitimação do sistema capitalista com a sustentação de um discurso modernizante se dá obrigatoriamente pelos meios de comunicação dado seu alcance de público. Nos cadernos de economia, por exemplo, as informações sobre crescimento econômico, balança comercial, aumento da produção industrial, etc. servem para demonstrar o grau de expansão atingido pela classe burguesa e que, portanto, é preciso aumentar a produção e a produtividade no sentido de promover o desenvolvimento de setores urbanos.

Desde o início do jornalismo econômico no Brasil nos jornais que hoje são de circulação nacional, os ideais do sistema capitalista estão presentes. A abertura econômica promovida pelo presidente Juscelino Kubitschek na década de 50, por exemplo, foi apoiada pela grande imprensa, que também defendeu as ideias do Fundo Monetário Internacional (FMI) e os acordos realizados pela Comissão Mista Brasil- Estados Unidos. Segundo Quintão (1987), o jornalismo econômico vem no bojo de alterações estruturais ocorridas na imprensa brasileira e desempenhará um papel como aliciador da consciência nacional e viabilizador, como tal, de uma rápida e segura reprodução do capital. O autor caracteriza o jornalismo econômico e seu impacto na época. (Quintão, 1987, p.21)

Esse jornalismo, que se caracteriza pela difusão da notícia e análise de economia e dos assuntos financeiros, através dos meios de comunicação convencionais contribui para provocar uma série de transformações nas relações de produção da notícia no Brasil, ao alimentar um modelo de desenvolvimento aberto para o capital estrangeiro.

O caráter legitimador do sistema capitalista advém do próprio modelo de concessão dos veículos de comunicação que privilegia poucas famílias no Brasil. Dada a oligopolização dos meios, a responsabilidade pela informação jornalística do país é de grupos que concentram toda a cadeia de radiodifusão no país e são, na maioria dos casos, famílias ligadas à política. Melo (1986, p.28), destaca que “conquistam maiores benefícios, as empresas que se

alinham com os eventuais ocupantes do poder político e que lhe oferecem a legitimação perante a opinião pública”. Ele ainda acrescenta que

O direito de informar e de ser informado permanece como um privilégio da burguesia, detentora do capital imprescindível à operação de um canal de comunicação pública, ou de instituições sociais, como por exemplo a Igreja, cuja postura de alinhamento com a classe dominante e cuja solidez econômica, possibilitou a manutenção de atividades específicas nesse campo. Permanecem à margem do sistema brasileiro de comunicação as demais instituições da sociedade civil. Essa estruturação, em certo sentido oligárquica dos meios de comunicação, tem sido o grande sustentáculo do poder burguês no país. (MELO, 1986, p.29)

A partir da segunda metade da década de 50, quando surgem as primeiras seções com notícias econômicas no Brasil no jornal Folha de São Paulo, fica evidente a importância do jornalismo econômico para a tomada de decisões do governo e das empresas. “Mais do que um meio de informação, os veículos da imprensa econômica tornaram-se um instrumento de trabalho” (ROSA, 2005, p.30).

A informação sobre economia se tornou uma arma econômica e política de defesa de interesses, e seu controle tornou-se estratégico para o Estado e para o mercado, já que a economia globalizada poderia ditar quem ganhava ou quem perdia dinheiro em uma rodada de negócios. Basile (2002) diz que os veículos da imprensa econômica tornaram-se uma espécie de sistema nervoso dos mercados em escala mundial. Pode-se acrescentar nessa frase que também se tornaram sistema nervoso do Estado.

Durante a década de 70, que é o período em que o desenvolvimento do jornalismo econômico no Brasil se deu de forma mais intensa, a característica de legitimador do sistema para o jornalismo de economia que era praticado parecia mais acentuada devido à invasão de capital estrangeiro no país e a pregação do crescimento econômico como solução para todos os problemas de origem econômica.

O jornalismo econômico durante a década de 70 desempenha um importante papel ideológico no Brasil “ao redirecionar o curso da retórica política e das expectativas sociais para uma racionalidade legitimadora de valores de uma classe específica: a burguesia” (QUINTÃO, 1987, p.25).

Traçando um paralelo com o conceito de aparelhos ideológicos de Estado trabalhado pelo francês Louis Althusser (1987), em que os meios de comunicação são extensão privada do Poder do Estado e atuam na difusão da ideologia da classe dominante, preparando a consciência cívica, moral e política da nação ou dos trabalhadores para se adaptar ao processo produtivo, Quintão conclui que

Os meios de comunicação atuam como agentes da acomodação social, da manutenção do regime expropriatório da mais-valia do trabalho, fazendo fortalecer, como universais, ao longo do período que se segue, virtudes, éticas, valores culturais e morais de domínio privado. (QUINTÃO, 1987, p.32)

Sendo assim, para Quintão, a televisão torna-se o veículo por excelência do projeto cultural burguês voltado para a difusão de valores e estilos de vida do capitalismo dependente, enquanto que à imprensa escrita cabe fixar, documentar e, portanto, dar credibilidade à racionalidade discursiva do pensamento e das opções modernizadoras indicadas pela classe dominante. Ao reproduzir o discurso capitalista, os meios de comunicação impõem valores sociais e culturais que são consumidos pela sociedade. Como destaca Sarcinelli (2009), as reportagens no caderno de economia, ao se apresentarem como porta-vozes da ideologia capitalista, encobrem os verdadeiros valores que impulsionam a economia e que explicam em boa parte as mazelas do país.

Esse discurso capitalista enquadrada principalmente pelo jornalismo econômico fica evidente nos cadernos de economia quando se observa quem é o objeto central de preocupação da editoria: geralmente o capital e seu processo de acumulação, e não o homem. Além disso, há um certo otimismo noticioso ao pautar apenas os bons resultados econômicos (principalmente na década de 70), e descaso com questões estruturais. Segundo Kucinski (2000, p.188)

A escolha do capital e não do homem como sujeito de suas histórias e objeto de suas preocupações decorre da ideologia de livre mercado em suas varias manifestações, desde o marginalismo até o neoliberalismo. A escolha da boa notícia, ao contrário do catastrofismo que caracteriza o jornalismo genérico, justifica-se pela natureza do processo econômico, mas tem conotações ideológicas. A imprensa abre seus melhores espaços a notícias consideradas positivas sobre o desempenho da economia e reluta em aceitar as adversidades econômicas. (...) Destacar as crises seria admitir as disfunções do sistema.

O jornalismo econômico torna-se, portanto, displicente no trato de problemas estruturais como a fome, o desemprego, a falta de habitação e transporte, as desigualdades mundiais, a desordem monetária internacional. A negação desses e de outros temas delicados para o governo possibilita o sucesso de uma ideologia que, aparentemente, não possui problemas em sua estrutura. Portanto, esse jornalismo legitima ao mesmo tempo o sistema capitalista, assim como legitimou a política econômica do governo autoritário da década de 70.

Com o discurso capitalista em seus noticiários, fica praticamente impossível pautar o jornalismo econômico e as políticas econômicas pelo critério do interesse público, afinal nem sempre esses interesses são iguais ao do empresariado e do governo. Por ser exercido por uma elite intelectual e por seu papel decisivo na criação de expectativas e no jogo do poder, “o jornalismo é muito condicionado pelas assimetrias que caracterizam as democracias liberais, conforme os estudos clássicos de Miliband, uma das quais é o próprio elitismo”. (KUCINSKI, 2000, p.184).

1.3.2 A Linguagem do Jornalismo Econômico

A elite dominante e seus padrões ideológicos estão presentes no jornalismo em geral e, mais especificamente, no jornalismo econômico. Além do discurso defensor do capital e da manutenção do *status quo*, é possível perceber os interesses dessa elite, e consequentemente do sistema que defendem, pela linguagem utilizada nos jornais.

Muitos estudos têm se debruçado em torno da escolha das palavras no jornalismo econômico. A maioria, no entanto, centra-se na dificuldade dos vocábulos para o entendimento do público leitor. Nesse sentido, consideram inflação, déficit previdenciário, *spread* bancário, balança comercial palavras que afastam os leitores dos jornais. Basile (2000, p.4), por exemplo, explica que em razão das dificuldades encontradas para entender as notícias, “a maioria das pessoas simplesmente não compreende os mecanismos sob os quais funcionam os mercados”.

O palavrório e o gestual dos corretores de uma bolsa de valores ou de mercadorias parecem um teatro de absurdo: sinais que só eles entendem, uma gritaria e agressividade aparentes que seriam mais pertinentes a inimigos tentando matar-se do que parceiros fazendo negócios. O sobe-e-desce das cotações, impulsionado por razões à primeira vista cabalísticas, só faz aumentar a perplexidade do cidadão comum. (BASILE, 2000, p.4)

A maioria dos leitores, mesmo os instruídos, como os estudantes universitários, não consegue entender o noticiário econômico. “Para o grande público, a economia adquiriu, ao mesmo tempo, significados elementares, ligados ao seu dia-a-dia, e outros abstratos, de difícil compreensão”, (Kucinski, 2000, p.13)

Basile (2000, p.6) conclui que é tão difícil de explicar os fenômenos econômicos que boa parte dos jornalistas de economia preferiu desistir. “Criou-se no Brasil, nos últimos anos, um mito segundo o qual as notícias de economia são chatas (sem que se especifique o que é

chato)”. E que, como o leitor não as lê, não merecem ser buscadas, e muito menos explicadas ao grande público.

É nesse ponto que se encontram outros estudos em torno da linguagem do jornalismo econômico, mais voltados aos interesses por trás da escolha vocabular e às conseqüências que a linguagem técnica pode trazer para o leitor.

De acordo com Kucinski (2000), as elites dominantes esmeram-se em criar eufemismos como “crescimento negativo” para camuflar os conteúdos de suas políticas econômicas. O autor cita outros exemplos de eufemismo como “plano de ajuste econômico” em vez de plano recessivo, ou “livre negociação de salários” para designar o seu oposto, a proibição à livre negociação; em “fundo de garantia” para designar o sistema que acabou com a garantia no emprego.

A linguagem do jornalismo econômico também vem dos textos oficiais distribuídos aos jornalistas. Muitas vezes esses textos são recheados de jargões políticos e econômicos que mais confundem do que esclarecem. Por trás de extensos relatórios, existem problemas sociais graves que pouco são explorados nos textos. Quintão (1987) exemplifica que “desemprego” passa a ser tratado no discurso oficial como “Emprego Informal” e “População de Baixa renda” explica o problema daqueles que não dispõem de salário algum ou recebem remunerações insuficientes ou irregulares.

Esses eufemismos apenas servem para legitimar o sistema capitalista e defender aos interesses dessa elite dominante. Segundo Kucinski (2000), “ao jornalista cabe decifrá-los, penetrar na essência de seu significado e esclarecê-los através de uma linguagem clara”. A falta de conhecimento do jornalista impede a exposição coerente de suas ideias, portanto o profissional deve ter sólidos conhecimentos econômicos para poder equacionar as ações e declarações dos agentes políticos com todo o seu caráter retórico e ideológico.

A especialização do jornalista é necessária tanto para que ele não caia nas armadilhas das fontes de informação quanto para que saiba trabalhar com as informações econômicas a fim de que seu público leitor possa entendê-las. A ideia de que somente a população com alta escolaridade (ou a elite) lê as editorias de economia deve ser abolida a favor de uma comunicação mais ampla para toda a sociedade. Kucinski (2000) aponta que o jornalismo econômico no Brasil se dirige a pelo menos dois públicos diferenciados: de um lado, especialistas, grandes empresários e profissionais do mercado; de outro, o grande público e os pequenos empresários. Mas o que parece, pelo menos se for levada em conta a linguagem usada nos noticiários, é que “a reportagem de economia concentra seu foco em apenas um

segmento da sociedade: a classe empresarial e seus representantes. Há uma informação voltada apenas aos grandes empresários”, (SARCINELLI, 2009).

1.3.3 A Realidade Construída pelos Jornais

Na cobertura dos assuntos econômicos, verifica-se, além dessa linguagem técnica, o predomínio das matérias de negócios em detrimento das de serviços e economia, em seu conceito como ciência da escassez. Como consequência, Biondi (1974) constata que os leitores comuns não reconhecem sua realidade nas páginas dos jornais. A economia passa a ser considerada algo distante do público. Segundo Biondi, podem-se ver nos principais jornais páginas sobre o mundo dos negócios e empresarial e raramente tenta-se questionar até que ponto os interesses dessa área empresarial coincidem com os interesses da coletividade.

Beting (1982, p.40) propõe uma mudança de abordagem. Para ele

É preciso promover uma generosa mudança de abordagem: estamos produzindo muita informação de interesse do governante na direção do empresário e do empresário na direção do governante. Falta-nos responder a uma necessidade gritante do leitor mais amado: a informação de interesse do consumidor, do trabalhador, do estudante, da dona-de-casa, a massa realmente leiga e desinformada.

O grande público é excluído do jornalismo econômico no momento em que não consegue enxergar nas páginas do noticiário sua realidade ou, de forma geral, a realidade do país. As estratégias utilizadas pelos meios de comunicação para propagar o discurso essencialmente capitalista de certa forma enganam o público leitor ao lhe oferecer informações distorcidas que, além de incompreensíveis no que se refere à linguagem, não condizem com a realidade. A representação da realidade se dá, portanto, de forma elitizada e de acordo com os interesses dos que detém o poder econômico.

1.3.4 A Teoria da Construção Social da Realidade

De acordo com Defleur (1993, p.277), eruditos e pensadores que estudam o processo e efeitos da comunicação de massa destacam que “o que percebemos são representações da realidade e não esta, e esse fato certamente tem de causar um impacto em nós”.

Cada vez vem se tornando mais claro que, como os homens na caverna de Platão, estamos crescentemente experienciando um mundo intermediário em vez da própria realidade. Ao contrário do espetáculo de sombras de Platão, contudo, nossa mídia atual expande, ao invés de reduzir, o que chega aos nossos olhos e ouvidos. (DEFLEUR, 1993, p.277)

Os sociólogos *Peter Berger e Thomas Luckmann* (1966, apud DEFLEUR, 1993) acreditam que a construção social da realidade acontece a partir da relação entre os indivíduos e a sociedade. Segundo os autores, as alterações no modo de como os indivíduos passam a compartilhar o mundo refletem em transformações sociais acentuadas na medida em que sujeitos que antes, em comunidades tradicionais, só tinham acesso a experiências partilhadas em comum num mesmo espaço físico, agora, com o advento da mídia e das novas tecnologias de informação, estão expostos às mais diversas formas de representações sociais difundidas em espaços e tempos distintos. A sociedade dos dois últimos séculos não descobriu a comunicação, apenas a problematizou e complexificou seu desenvolvimento e suas conseqüências.

A obra de Walter Lippmann, *Public Opinion*, publicada pela primeira vez em 1992, discute como a interpretação dos fatos pode alterar a interpretação da realidade pelo público. O exemplo que Defleur (1993, p.279) reproduz é o da Europa em 1914 no momento em que explode a Primeira Guerra Mundial. Como as notícias circulavam devagar na época, as pessoas pouco tiveram informações sobre o início da guerra durante vários dias. Sendo assim, elas continuaram fabricando artigos que nunca seriam exportados, comprando artigos que não seriam importados, planejavam carreira, enfim “estavam vivendo, por outras palavras, em um mundo cuja descrição estaria completamente mudada ao chegarem as notícias sobre a guerra”.

O foco principal de Lippman, segundo Defleur, foi que as descrições da imprensa criavam imagens deturpadas ou até mesmo falsas na cabeça do público acerca do mundo, enganando-o com fatos que não condiziam com a realidade. É importante destacar que os indivíduos e instituições conferem indiscutível importância aos meios de comunicação de massa e, sendo assim, para que um fato social seja credenciado e assuma o estatuto de realidade é fundamental que ele faça parte da agenda da mídia.

Portanto, o estudo da teoria da construção social da realidade diz que as pessoas tendem a dar mais importância a alguns fatos do que para outros de acordo com a ênfase dada pelos meios de comunicação. “A agenda da imprensa virou agenda do público”, (Defleur, 1993, p.284)

No jornalismo econômico, Kucinski (2000, p.79) dá como exemplo o conceito de PIB (Produto Interno Bruto) que tanto é explorado pelos veículos de comunicação. Ao erigir o PIB

em medida suprema do sucesso econômico, “o jornalismo econômico conseguiu dar expressão jornalística ao mito do desenvolvimento econômico e, com isso, fazer da expansão econômica meramente quantitativa uma ideologia universal”.

É muito difícil medir o PIB. Primeiro, porque é muito difícil aferir toda a produção de um país. Há setores concentrados, como o da indústria automobilística, nos quais a medida é feita pela própria indústria, com alto grau de exatidão. Mas há outros, com grande número de pequenas e médias empresas, e mesmo de economia informal, em que é impossível saber o valor de tudo o que foi produzido. (KUCINSKI, 2000, p.80)

Outro ponto que merece ser destacado é a questão da má distribuição de renda no país (que será abordada com mais profundidade no próximo item). Apesar de todo o progresso tecnológico e da globalização das últimas décadas, tem se aprofundado o fosso entre ricos e pobres. O mito do PIB, no entanto, consegue esconder essa realidade ao colocar o crescimento econômico como objetivo maior para o desenvolvimento do país.

A camuflagem da real situação econômica brasileira, no que diz respeito às crises, às disparidades regionais, etc., é facilmente conseguida por meio do que Kucinski (2000) chamou de “falácia estatística”. Segundo o autor, quase tudo pode ser provado em economia manipulando os números. “Escolhem-se dois pontos convenientes de uma série estatística para provar, por exemplo, que os preços agrícolas sofreram uma perda em seu poder de troca”, (KUCINSKI, 2000, p.24)

A natureza das poucas estatísticas existentes é função do grau de controle das elites sobre o aparelho do Estado, muito mais forte em sociedades periféricas dominadas por oligarquias e com classes médias reduzidas. Assim, nossas contas nacionais divulgam quanto cresceu o PIB, porque esse dado é importante para o empresariado. Mas a participação do salário na renda nacional parou de ser divulgada há anos, desde que caiu abaixo de níveis civilizados. O governo também não tem estatísticas nacionais confiáveis de emprego e desemprego, o que levou os sindicatos a organizarem sua própria amostragem, no entanto limitada a algumas regiões metropolitanas. (KUCINSKI, 2000, p.23)

Basile (2002, p.115) complementa a ideia de Kucinski dizendo que

Com muita frequência, o excesso de números e estatística esconde a falta de ponto de vista, de foco sobre o que se quer mostrar. Como não há clareza sobre o assunto da matéria, ela fica escondida debaixo de informações sem significado relevante.

As falácias do jornalismo econômico que distorcem a informação jornalística e atendem aos interesses da classe dominante impedem que os leitores compreendam a realidade sócio-econômica brasileira. De acordo com Biondi (1974), ao omitir as contradições

da realidade brasileira, o jornalismo econômico exclui de suas páginas os já socialmente excluídos, desempenhando o papel de legitimador do poder do capital.

1.3.5 Ameaça ao Exercício da Cidadania

De acordo com Vicente (2009), a cidadania é um conceito polissêmico, isto é, com múltiplas interpretações, e que o contexto em que se insere carrega um passado e um significado relevante para definir seu sentido. De modo geral, o termo pode ser aplicado no exercício de direitos, já que “sem as garantias para poder exercitar de maneira livre e desimpedida as manifestações sociais não se pode falar em cidadania” (VICENTE, 2009, p.74).

Nas cidades gregas, onde surge o termo “cidadania”, a noção de cidadania se referia à participação ativa dos cidadãos no poder político. Cabe destacar, no entanto, que apenas pequena parcela da população era considerada cidadãos, excluía-se as mulheres, estrangeiros, escravos e artesãos.

Ao longo do tempo, o conceito de cidadania foi se ampliando. Segundo Gentili e Alencar (2001, p.87), “a cidadania deve ser pensada como um conjunto de valores e práticas cujo exercício não somente se fundamenta no reconhecimento formal dos direitos e deveres que a constituem na vida cotidiana dos indivíduos”.

O noticiário econômico passa a não contribuir para o exercício da cidadania, quando, por exemplo, distorce o conceito de economia, tratando-o como sinônimo de dinheiro e lucro. O cidadão para decidir sobre o seu cotidiano e para dele participar conscientemente, precisa estar atualizado com o que se passa no país, e os cadernos de economia apenas mascaram uma sociedade desigual, rica em recursos e pobre em distribuição.

Melo (1986, p. 106) diz que “o exercício da cidadania pressupõe a sintonização com a realidade e esta advém principalmente dos relatos jornalísticos”. Quando isso não acontece, parcela significativa da população fica fora do debate político e não exerce sua cidadania. O rumo dos acontecimentos continua nas mãos de uma minoria, como sempre aconteceu na história do país. De acordo com Kucinski (2000, p.188), “a negação do social pelas forças econômicas, que no neoliberalismo se tornou explícita e programática, se reflete na negação do social pelo jornalismo econômico convencional”.

Basile (2002, p.89) completa que “a discussão econômica, quando não leva em conta o impacto que as decisões têm sobre a população, particularmente os mais pobres, é despolarizadora e imobilizadora”.

Ao camuflar a realidade ou abordá-la parcialmente, o jornalismo econômico não cumpre sua função social de informar a sociedade e promover a cidadania, contribuindo para o fim das desigualdades entre as classes. A imprensa pode estar se afastando de sua tarefa original de preservar o direito sagrado de informação, assegurado na Constituição em seus artigos 5º e 220.

Art 5º - XIV: é assegurado a todos o acesso à informação (...)

Art. 220: A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. (Constituição Brasileira, 1988)

Melo (1986, p.75) destaca a importância do acesso à informação pela sociedade.

O acesso à informação, seu manejo, utilização, aplicação, depende do domínio de códigos através de que se configura. Munido desse instrumental, o indivíduo vislumbra na informação uma necessidade social e descobre que se trata de um direito que lhe cabe exercitar, reivindicar.

1.3.6 A Abordagem do Jornalismo Econômico

Segundo Kucinski (2000), os problemas de abordagem do jornalismo econômico tem como responsáveis, não somente os proprietários dos meios de comunicação ou os detentores do capital no país, mas também os próprios jornalistas, já que a construção das notícias econômicas deixa implícita a existência de uma mentalidade específica com conotações ideológicas por parte dos jornalistas que as produzem.

Para o autor, os principais traços dessa mentalidade jornalística são: o consensualismo em torno dos interesses dominantes, o que exclui a divergência de opiniões nos jornais; o dogmatismo, que está presente no jornalismo devido à influência de economistas que repetem teses antigas já invalidadas, e isso se caracteriza pelo reducionismo da discussão, no desprezo pelo factual e no pouco trabalho analítico; a ingenuidade, já que o jornalista brasileiro insiste em descrever o mundo dos negócios como um lugar onde só há encantamentos; o oficialismo, caracterizado pela falta de apuração e divulgação de informações vindas do poder político, que quase sempre estão contaminadas por interesses pessoais ou de classes; o entreguismo, no momento em que nosso jornalismo econômico assume a defesa dos interesses estrangeiros, não acreditando em nada que seja nacional; e por último o deslumbramento perante as

grandes empresas e os grandes empresários, do que resulta de uma atitude subserviente e acrítica.

Sarcinelli (2009) coloca como uma das soluções possíveis para melhorar o jornalismo econômico a humanização da pauta das editorias de Economia, retratando pessoas comuns com seus dramas e problemas. No entanto, os negócios empresariais e o mercado financeiro assumem papel de protagonistas em uma editoria que se denomina economia, mas que se apresenta como negócios. O público-alvo do noticiário econômico busca informações sobre a conjuntura econômica brasileira e como ela pode interferir em seu orçamento. Ao procurar sanar suas necessidades de informação nos jornais, eles se deparam com a linguagem difícil e uma realidade direcionada aos grandes investidores, o que os afasta do jornal.

É colocando os personagens reais deste país - a sua população - no centro do noticiário, que os Josés e as Marias ganharão corpo e voz. Ou seja voltarão a ser pessoas, com dramas, sonhos e ações, os mesmos dos leitores. Sem esta humanização da pauta, prevalecendo apenas a realidade sob a ótica do poder econômico e político, ou seja, o posicionamento preferencial junto a empresários e dirigentes políticos, cada vez menos serão os seus leitores. E num momento em que o índice de venda de jornais mostra sinais de queda, não é uma boa estratégia para os veículos distanciarem-se de seu verdadeiro público. (SARCINELLI, 2009)

Sarcinelli (2009) conclui que é preciso ser lembrado que o “jornal nasce como tribuna da cidadania, como instrumento de participação social”. Sendo assim, o jornalismo econômico precisaria rever seu modo de produção a fim de que os interesses da coletividade também sejam inseridos nas páginas dos jornais. Afinal, o jornalismo deve viabilizar o direito à informação, uma vez que “os jornais desempenham a função de mediadores e os jornalistas, individualmente, de representantes do leitor”. (GENTILLI, 2005, p.142)

1.4 A Desigualdade Sócio-econômica Brasileira

De acordo com Ray (1998, p.170, apud ALVARES, 2006), desigualdade pode ser definida como “a disparidade que permite um indivíduo usufruir determinada quantidade de bens materiais enquanto impede outro de usufruir dessa mesma quantidade de bens”. Sendo assim, o Brasil é considerado um dos países mais desiguais do mundo. Paradoxalmente, hoje o país está entre as maiores economias mundiais, fazendo parte do G20 e, mais especificamente, dos Brics, que é o grupo de países (Brasil, Rússia, Índia e China) com potencial de se tornarem grandes economias no futuro.

Segundo relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) sobre a América Latina e Caribe, divulgado em 2010, o desempenho do Brasil, de acordo com

o Índice de Desigualdade de Renda - Índice de Gini - o situa entre os 10 países mais desiguais do mundo³.

Se o Brasil cresce a passos largos e amplia sua participação mundial, por que o crescimento econômico não se traduz em melhoria de vida para a população? Por que não melhora a distribuição de renda? O que justifica os 10% mais ricos da população brasileira ter renda 40,6 vezes superior aos 10% mais pobres, segundo dados do PNUD 2007/2008? Essas questões são respondidas neste item, analisando as verdadeiras causas da desigualdade no país e, ao contrário do que muitos pensam, o crescimento econômico é apenas um dos fatores responsáveis pela pobreza da maioria da população.

1.4.1 Crescimento Econômico e Desenvolvimento Econômico

A desigualdade sempre existiu nos sistemas econômicos de forma mais acentuada ou não. Segundo Rosseti (2000, p.250), nenhum sistema econômico foi capaz de satisfazer todas as necessidades individuais e sociais. Até mesmo os grandes impérios ruíram antes que a riqueza pudesse ser distribuída a todos os seus domínios. De modo que “prevalecem em todas as nações estruturas de repartição da renda e da riqueza caracterizadas por diferentes graus de desigualdade”.

Barros, Henriques e Mendonça (2001) fazem um estudo demonstrativo explicitando que o Brasil não é um país pobre, pelo contrário, comparação internacional quanto à renda *per capita* coloca o Brasil entre o terço mais rico dos países do mundo. O trabalho mostra ainda que 64% dos países do mundo tem renda *per capita* inferior à brasileira.

O artigo constata que a renda familiar *per capita* brasileira é suficiente para erradicar a pobreza no Brasil. Apenas 2% da renda das famílias poderia ser a base para acabar com a indigência que aflige 14% da população, o que desmente a ideia de escassez de recursos, na medida em que uma distribuição eqüitativa dos recursos nacionais disponíveis seria mais do que suficiente para eliminar toda pobreza, ou seja, o problema é a distribuição desigual de renda.

A compreensão equivocada do crescimento econômico como saída para a situação de pobreza e desigualdade não leva em conta a diferença entre esse conceito e o de desenvolvimento econômico.

³ Os dados levam em conta apenas 126 dos 195 países membros da ONU.

Pinho e Vasconcellos (2003, p.406) explicam que o crescimento econômico é um processo pelo qual a renda de uma sociedade se eleva persistentemente.

Acompanhando este crescimento, ocorrem transformações estruturais quantitativas e qualitativas. Dentre essas, destacam-se: diminuição nas taxas brutas de natalidade e de mortalidade, que alteram a estrutura etária da população e da força de trabalho; ampliação do sistema escolar e de saúde; maior acesso aos meios de transportes, de comunicação e culturais; urbanização das atividades econômicas e da força de trabalho em detrimento do setor primário e a favor das atividades de serviços; maior integração com as mais importantes economias mundiais; e aumento da produtividade média da economia nos diferentes setores da atividade econômica, liderada pelo setor industrial.

O desenvolvimento econômico e humano, por sua vez, pressupõe que a maior parte da população seja beneficiária das mudanças ocorridas pelo processo de crescimento econômico, como explicam Pinho e Vasconcellos (2003, p.406).

Entende-se que, ao longo do tempo, para maior parte da população, devam ocorrer melhorias no padrão de vida material, nas condições de saúde, maior tempo de vida, ampliação no exercício da cidadania, e maiores oportunidades de aperfeiçoamento pessoal. Assim, estudos sobre a evolução da distribuição de renda e de outros indicadores sociais são importantes para detectar se de fato o crescimento econômico está atingindo esses objetivos.

Amartya Sen (2000, apud CORSI, 2002) concebe o desenvolvimento como “um processo de expansão da liberdade desfrutada pelos membros de uma sociedade”. As pessoas têm que ter acesso aos meios e aos recursos que lhes propiciem condições reais de exercerem seus direitos e suas liberdades.

A disparidade entre o crescimento econômico e a elevação dos indicadores sociais foi sentida no Brasil já na década de 50, quando o país passou por um importante processo de aquecimento econômico no governo JK. Os resultados insatisfatórios se comparados com outros países como os do leste asiático que sofriam um processo semelhante contribui para entender que nem sempre crescimento econômico é sinônimo de melhoria de vida.

Durante a ditadura militar na década de 70, o então ministro Delfim Netto ficou conhecido pela sua expressão que dizia ser preciso esperar o bolo crescer para depois dividi-lo, fazendo analogia ao crescimento econômico. O fato é que o Brasil, na época conhecida como “Milagre Econômico”, apresentou números significativos na sua economia, mas nem por isso resolveu o problema da pobreza e da desigualdade.

Rosseti (2000, p.366) mostra que muitas razões trouxeram o crescimento econômico para o primeiro plano, tornando-o objeto central das políticas econômicas. Segundo o autor, a

taxa de variação e os níveis de PNB (Produto Nacional Bruto) por habitante se tornaram símbolo de desempenho econômico. Em todos os países “as taxas de crescimento foram durante longo tempo indicadores do êxito ou do fracasso da política econômica”.

Por outro lado, também surgiram indicadores econômicos e sociais de organizações e instituições de economia aplicada com o objetivo de medir o desenvolvimento de forma mais ampla do que simplesmente aferir o crescimento econômico. Surgem o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, proposto pelas Nações Unidas, e o IDS – Índice de Desenvolvimento Social.

Além de levar em consideração o crescimento econômico medido pelo PNB per capita, o IDH também considera outros indicadores de desenvolvimento, como a expectativa de vida ao nascer, a taxa de alfabetização de adultos e a paridade do poder de compra da renda interna. O IDS por sua vez se atenta à análise das condições materiais de vida da população em termos de remuneração, saúde, educação, habitação, alimentação e transportes. (ROSSETI, 2000).

Os índices de desenvolvimento são, portanto, mais eficazes quando a intenção é medir a qualidade de vida da população. O crescimento econômico nem sempre é acompanhado da distribuição da riqueza para a todos, o que torna seus índices muitas vezes incoerentes com a realidade nacional. No caso brasileiro, o poder econômico e os índices cada vez melhores da economia não tiram o país da condição de fortemente desigual.

Segundo Rosseti (2000, p.254), é preciso haver um desenvolvimento econômico sustentável e a longo prazo associado à estabilidade econômica e a padrões institucionais social-democratas. Somente assim é possível modificar a estrutura de repartição de renda. “São raros os países economicamente desenvolvidos de estruturas distributivas de alta concentração. Como também são raros os casos em que o subdesenvolvimento coexiste com padrões distributivos de baixa desigualdade”

1.4.2 Coeficiente de Gini e suas Oscilações no Brasil

O coeficiente de Gini é um cálculo desenvolvido pelo italiano Corrado Gini em 1912 e que hoje é usado mundialmente para medir a desigualdade em um país. A medida varia de 0 a 1, onde 0 corresponde a uma situação em que todos têm a mesma renda e 1, a uma desigualdade total. Portanto, quanto menor o indicador, melhor. O índice de Gini no Brasil

referente à 2008 foi de 0,531, segundo pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em 2001, esse índice era de 0,594 e desde então só registra quedas.

Sergei Soares, pesquisador do IPEA, explica que no país, o que uma família pobre gasta em 1 ano, o 1% mais rico gasta em 3 dias. Os dados do IBGE mostram que mesmo apresentando quedas, o coeficiente de Gini ainda é vergonhoso para o país.

A análise do índice de Gini nas últimas décadas mostra dados importantes sobre o comportamento da desigualdade no Brasil. Entre as décadas de 60 e 70, o índice de Gini crescia de forma acelerada, já durante a década de 80, o índice se mostrou estável, com pequenas reduções em 1984 e 1986, mas voltou a piorar com a hiperinflação que se seguiu ao fracasso do Plano Cruzado, atingindo o pico global (0,62) da série em 1989. (FERREIRA, 2000)

A partir da década de 90, o índice de Gini apresenta quedas com uma forte redução em 1992, e uma mais permanente após a estabilização da economia com o Plano Real de 1994. Segundo Souza (2004), as duas principais razões para essa queda são o comportamento dos rendimentos do trabalho, que inclui aumentos acima da inflação do salário mínimo e expansão do mercado formal, e a implantação de programas sociais de transferência de renda, especialmente o Bolsa Família. No entanto, a óptica com que o governo vê a população mais pobre é objeto de discussão. Para Telles (1994), a noção de igualdade não constrói a figura do cidadão que exerce seus direitos como ação e representação, mas sim do pobre, que ela chama de “figura anônima, inteiramente escrita em negativo, pela sua carência”.

Segundo pesquisa do IBGE, divulgada em 2010, o Distrito Federal e o Piauí aparecem como os Estados com maior desigualdade em distribuição de renda com valores de 0,618 e 0,579 no índice de Gini, respectivamente. Com a menor desigualdade estão o Amapá (0,442), Santa Catarina (0,475) e Rondônia (0,484).

Portanto o país ainda tem muito a melhorar em termos de distribuição de renda, já que a desigualdade brasileira é acentuada em algumas regiões do Brasil. As deficiências dos programas sociais e a corrupção política não permitem que o país saia da situação em que muitos têm acesso a poucos recursos e poucos têm acesso a muito.

1.4.3 Distribuição de Renda no Brasil

Segundo Simonsen (1974), a desigualdade de renda no Brasil pode se processar em duas hipóteses em uma economia em crescimento. A primeira é uma descrição marxista em

que os ricos ficam cada vez mais ricos, e a segunda refere-se ao caso em que os pobres também enriquecem, só que menos proporcionalmente do que os ricos.

De acordo com pesquisa do IBGE divulgada em 2010, a desigualdade na distribuição de renda da população brasileira caiu entre 1992 e 2008, mas de forma muito tímida. Essa pequena melhora é resultado da criação de empregos e aumento de renda dos brasileiros. A pesquisa conclui que as distâncias entre as desigualdades estão reduzindo, mas não na mesma velocidade do crescimento econômico do país.

A política neoliberal implementada no Brasil pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) contribuiu para a acentuação da desigualdade na medida em que desregulamentou a economia, privatizou o setor empresarial do Estado, liberalizou os mercados e cortou as despesas sociais. Pinho e Vasconcellos (2003, p.53) colocam como consequência dessa política a nível mundial “o rápido aumento da exclusão social, os protestos armados, as duras lutas étnicas e/ou conflitos rurais e urbanos”.

Com o objetivo de demonstrar que a desigualdade de renda no Brasil é responsável pela pobreza de grande parte da população, Barros, Henriques e Mendonça (2001) fizeram uma simulação, mantendo constante a renda média brasileira e reduzindo o grau de concentração de renda para 0,40 (Gini). Quando essa simulação é feita, a porcentagem de pobres no Brasil reduz em 20 pontos percentuais. Na mesma simulação, um crescimento de 3% ao ano na renda *per capita*, por exemplo, reduz a pobreza em aproximadamente um ponto percentual a cada dois anos. Ou ainda, um crescimento contínuo e sustentado de 3% ao ano na renda *per capita* levaria, no Brasil, mais de 25 anos para reduzir a proporção de pobres abaixo de 15%.

Outro estudo elaborado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) faz um levantamento parecido. Segundo a FGV no artigo Cenário da Desigualdade, Crescimento e Miséria, a proporção de indigentes no Brasil cairia de 29,3% para 24,1% se a renda nacional *per capita* crescesse 4% ao ano por cinco anos consecutivos. Se a expansão econômica fosse acompanhada de uma queda de 8,5% do Gini, a indigência brasileira cairia para quase metade (46%). Na verdade a pobreza poderia ainda recuar substantivamente mesmo se o país deixasse de crescer em cinco anos. A redução do Gini de 8,5% sozinha diminuiria a proporção de indigentes em 8,3 pontos percentuais.

Esses dados da FGV e dos estudos de Barros, Henriques e Mendonça deixam claro que o crescimento econômico ajuda pouco na diminuição da pobreza. A questão da má distribuição de renda é mais ampla e sua resolução seria a única forma capaz de erradicar a pobreza a um prazo menor do que o crescimento econômico.

Por outro lado, a desigualdade também pode impactar no crescimento econômico, o que mostra ser ela um problema bastante complexo, pois além de ser responsável pela pobreza, também pode impedir o crescimento da economia de um país.

Já em 1968, Furtado (1968, p.19) alertava para a questão da desigualdade. Ao analisar as consequências da política econômica do governo militar instaurado pelo golpe de abril de 1964, afirma que "provocou-se maior concentração da renda (...) quando se tem amplamente reconhecido que o maior obstáculo ao desenvolvimento do país está na já excessiva concentração da renda".

Ferreira (2005, p.5) explica como a desigualdade pode prejudicar o crescimento econômico.

De fato, tanto os argumentos teóricos como a evidência empírica mais recente passaram, em grande parte, a sugerir uma relação causal negativa entre desigualdade e crescimento econômico. O principal argumento teórico por trás da hipótese de que a desigualdade reduz o crescimento é a consideração de que, com mercados imperfeitos de capital e sob assimetrias de informação, a desigualdade e a pobreza implicariam na existência de um grupo de agentes sem acesso ao crédito e, portanto, sem a possibilidade de desenvolver projetos cujo valor privado (e social) é positivo.

1.4.4 As Possíveis Causas da Desigualdade no Brasil

Uma das correntes que explicam a desigualdade mostra que sua origem está na própria formação econômica e política do Brasil caracterizada pela forte concentração de terras nas mãos de uma minoria. O sistema de Capitânicas Hereditárias criou as condições para a desigualdade brasileira. De acordo com Pinho e Vasconcellos (2003, p.414),

O passado colonial e escravocrata é o ponto de partida da concentrada distribuição de riqueza e da renda no Brasil. A posse da terra desde o início da colonização caracterizou-se pelo elevado grau de concentração, pela violência na expropriação de terras ocupadas e pelas dificuldades enfrentadas pelos novos ocupantes para legitimarem suas propriedades, mesmo após a lei de terras de 1850. Essa base do poder econômico, não única, mas inicial e constante até as primeiras décadas do século 20, refletiu-se em um estrutura de poder político concentrado, autoritário e paternalista que se manteve de forma persistente no país até a Segunda Grande Guerra, recortado por breves períodos de maior participação política.

Existem também fatores como o patrimonialismo que explicam as relações de trabalho e poder no Brasil durante a época colonial, mas que de acordo com Costa (2009) persiste até hoje.

O conceito de patrimonialismo aparece, na sociologia weberiana, no contexto da dominação tradicional, ora como sinônimo, ora como um tipo específico, ao lado do feudalismo. Assim, a dominação tradicional pode ser do tipo patrimonial ou feudal. Já o patrimonialismo poderia ser de dois tipos - patriarcal (ou sultanista) e estamental.

O patrimonialismo explicaria a desigualdade na medida em que na estrutura patriarcal, os servidores mantêm uma relação de dependência pessoal com o senhor, não tendo direitos sobre os cargos nem honra estamental; ou são propriedades suas ou são eleitos por afeição. Nesse caso, os servidores são investidos em seus cargos por privilégio ou concessão, conquistando um direito em virtude de um negócio jurídico e deles não podem ser despojados.

Souza (2004) tem uma opinião divergente quanto ao patrimonialismo como causa da desigualdade. Ele considera o patrimonialismo, o familismo e o personalismo um “essencialismo culturalista”. A importância de um componente simbólico e cultural na produção social da desigualdade por meio do que ele chama, lembrando Karl Marx, de “ideologia espontânea do capitalismo” é um determinante mais plausível do que os três fenômenos citados anteriormente.

Nesse sentido, meu argumento implica que nossa desigualdade e sua naturalização na vida cotidiana é moderna posto que vinculada à eficácia de valores e instituições modernas a partir de sua bem-sucedida importação “de fora para dentro”. Assim, ao contrário de ser “personalista”, ela retira sua eficácia da “impessoalidade” típica dos valores e instituições modernas. É isso que a faz tão opaca e de tão difícil percepção na vida cotidiana.

Souza também expõe a “ideologia do desempenho” de Reinhard Kreckel para explicar como a desigualdade é legitimada na sociedade capitalista. A idéia subjacente a esse argumento é a necessidade de um “pano de fundo consensual” acerca do valor diferencial dos seres humanos, de tal modo que possa existir uma efetiva - ainda que subliminarmente produzida - legitimação da desigualdade.

A “ideologia do desempenho” de Kreckel baseia-se na tríade qualificação, salário e posição.

A qualificação, que reflete a importância do conhecimento com o desenvolvimento do capitalismo, é o aspecto mais relevante que condiciona os outros dois. Trata-se de uma ideologia, uma vez que não apenas estimula e premia a capacidade de desempenho objetiva, mas também legitima o acesso diferencial permanente a oportunidades na vida e à apropriação de bens escassos (Kreckel, 1982, p. 98, apud Souza, 2004).

Segundo Souza, apenas a combinação da tríade torna o indivíduo um “cidadão completo” e também reconhecível, pois somente por meio da categoria do “trabalho” é possível assegurar sua identidade, auto-estima e legitimação social. Telles (1994, p.102) completa que “na tradição inaugurada em 1930, o indivíduo é inteiramente subsumido na figura jurídica da categoria profissional, sua identidade é atribuída pelo vínculo profissional sacramentado pela lei que o qualifica para o exercício dos direitos”.

Além desses pontos, no Brasil ainda há especificidades regionais que explicam em parte a desigualdade brasileira, tal como a industrialização no Sudeste que torna a região a maior beneficiária dos frutos do crescimento econômico e a concentração de capital humano, que também ocorre no Sudeste. Regiões como o Nordeste historicamente ficaram à margem do crescimento e do desenvolvimento econômico, o que explica o alto índice de desigualdade.

Ferreira (2000) usa um critério mais estreito classificando 5 fatores que podem gerar uma distribuição desigual. São eles: características natas dos indivíduos (tais como raça, gênero, inteligência e/ou riqueza inicial), características individuais adquiridas (nível educacional, experiência profissional, etc), alocação do mercado de trabalho, alocação do mercado de capital e fatores demográficos.

As características natas são aquelas com os quais os indivíduos nascem. Esse conjunto de fatores irá determinar aquilo que Barros e Mendonça (1995) chamam de “preparação para a corrida”. Ou seja, aqueles indivíduos que na fase inicial da vida tiverem melhores condições, sejam de fatores natos ou de fatores sociais aos quais estão inseridos, as oportunidades na fase adulta serão maiores e melhores e, por conseguinte, se estabelecerá a desigualdade.

No caso das características adquiridas, é possível que os indivíduos adquiram ao longo da vida, uma certa quantidade de outras características, como educação, experiência profissional. “A evidência empírica sugere fortemente que a educação continua sendo a variável de maior poder explicativo para a desigualdade brasileira”. (FERREIRA, 2000, p. 55)

Sobre a alocação do mercado de trabalho, de acordo com Ramos e Vieira (2000, apud ALVARES, 2006), o mercado de trabalho pode atuar como gerador ou revelador de desigualdades. O primeiro caso pode ocorrer devido à segmentação, isto é, com base em

critérios subjetivos pode haver a remuneração diferenciada de trabalhadores a princípio com as mesmas características produtivas. Para Rosseti (2000, p.274), o crescimento econômico entre 1960 e 1995 “implicou progressiva heterogeneidade do mercado do trabalho, proporcionando ganhos diferenciados para os grupos mais bem preparados” em razão da escassez de mão-de-obra que ocorre a partir do aumento de seu nível de qualificação. A remuneração diferenciada pode ocorrer também por fatores discriminatórios como raça, gênero, etc. Também pode se relacionar às diferenças sociais, a educação e experiência de cada trabalhador.

Telles (1994, p.97) afirma que o mercado de trabalho oferece o retrato de uma sociedade na qual direitos não fazem parte das regras que organizam a vida social. Como exemplo, a autora cita o desemprego, “estratégia que é, como sempre foi, de gerenciamento da mão-de-obra, de redução de custos e ajuste às oscilações dos ciclos econômicos e, mais recentemente, às novas regras da competição mundial”.

Sem direitos que garantam a identidade e o estatuto do trabalhador, o rompimento do vínculo do trabalho pode significar uma situação que joga o trabalhador na condição genérica e indiferenciada do não-trabalho, na qual se confundem a figura do pobre, do desocupado, da delinquência ou simplesmente da ociosidade e vadiagem.

O mercado de capital pode “determinar a inserção do indivíduo em diferentes ocupações produtivas”. (FERREIRA, 2000, p. 136). Eis um exemplo dado por Barros e Mendonça (1995, p.41): “Na ausência de um mercado de crédito, o bem estar de um trabalhador vai depender apenas de sua renda corrente e, portanto, todo tipo de desigualdade salarial corrente terá efeito sobre a desigualdade de bem-estar”. Em outras palavras, à medida em que estes mercados sejam imperfeitos, apresentando, por exemplo, segmentação no acesso ao ou no preço do crédito, ocorre que as imperfeições destes mercados também afetam a geração de renda e, portanto, sua distribuição.

Quanto aos fatores demográficos, este fator determinante da desigualdade está relacionado às decisões de formação de domicílio, de fertilidade, de coabitação e separação (FERREIRA, 2000, p. 136). Como exemplo, pode-se citar duas sociedades com distribuições de renda idênticas, sendo que, na primeira, casais tendem a formar-se entre pessoas ricas e pobres, enquanto que, na segunda, o homem mais rico tende a ‘casar-se’ com a mulher mais rica. Nesse caso, a distribuição de renda nas duas sociedades será diferente.

No que diz respeito à fertilidade, Ahituv (2002, apud ALVARES, 2006) faz uma relação entre esta e a desigualdade. Para eles, famílias com taxas altas de fertilidade têm mais

probabilidade de ter uma renda per capita menor, enquanto famílias com fertilidade baixa têm probabilidade de ter um rendimento individual maior porque um indivíduo que adquiriu ao longo da sua vida uma boa educação na hora de determinar o número de filhos que terá, com certeza levará em consideração as suas condições econômicas e sociais. Isto permitirá a seus filhos ter melhores condições de adquirir, principalmente, educação e saúde e, por conseguinte, melhor padrão de vida no futuro.

Baumol-Blinder (1994, apud ROSSETI, 2000), Samuelson (1992, apud ROSSETI, 2000) e Thomas (1993, apud ROSSETI, 2000) também elencaram as causas da desigualdade. Para eles, os determinantes da má distribuição de renda são:

- Heranças históricas: a escravidão e a servidão deixaram marcas na estrutura distributiva da sociedade como a imobilidade social.
- Macrocondicionalidades: condições macroeconômicas prevalecentes por um longo período, tal como a inflação brasileira dos anos 80.
- Retorno do capital humano: pesquisas encontram significativas correlações entre o capital humano (conjunto dos atributos pessoais) e a posição na estrutura de repartição.
- Talento e habilidades natas: em qualquer sociedade há indivíduos que se destacam por seu talento ou habilidade.
- Curva da experiência: os níveis de renda por faixa etária aumentam à medida que os anos se passam. A experiência é valorizada como um bem econômico.
- Estoques de riqueza acumulados: estoques que derivam de rendas poupadas ao longo de uma vida de trabalho ou de herança. Passam de geração à geração.
- Poder de mercado: pessoas em posição monopolista têm capacidade de aumentar sua renda por seu poder de mercado.
- Heterogeneidade ocupacional: derivada da divisão social do trabalho e da especialização. Há diferenças entre os rendimentos médios de todas as classes.
- Discriminação: homens e mulheres não têm rendas equivalentes, assim como brancos e negros.

Vários autores estudam os determinantes da desigualdade brasileira, mas todos têm em comum o pensamento de que o fenômeno não é recente e vem desde a formação do Estado brasileiro, caracterizado pela concentração de renda. Por ser um fenômeno antigo, a manutenção da estrutura ao longo dos anos só foi possível graças a atuação da elite

dominante com suas ferramentas tecnológicas e ideológicas que impõem pensamentos e modos de vida capazes de manter a ordem.

1.4.5 O Desenvolvimento Econômico na Economia Capitalista

Segundo Corsi (2002) o aprofundamento da miséria, do desemprego e das desigualdades sociais está relacionado à estagnação da economia capitalista após a crise de 1973. No início da década de 70, ficou evidente a queda de investimentos das economias mais desenvolvidas, o que freou o crescimento econômico. Diante da crise que abalou os países, o movimento dos trabalhadores pressionaram por aumento salarial, assim como as indústrias sofreram com a superprodução.

A política do Estado do Bem-Estar Social foi desmontada por bancos, empresas e governos para conter a crise que abalava os países. Corsi (2002, p.16) destaca que na periferia, “buscou-se impor políticas voltadas para o pagamento das dívidas externas e abertura e desregulamentação das economias nacionais - o que contribuiu para o fim das políticas desenvolvimentistas até então em moda na região”. Neste contexto, observou-se a redução dos gastos sociais em nome do controle do déficit público e da inflação.

As diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI) que foram aplicadas na maior parte dos países periféricos abrangiam esses pilares como o corte do gasto público, arrocho salarial e desvalorização cambial para teoricamente tirar esses países da condição de subdesenvolvimento.

No entanto, Frank (1980, apud CORSI, 2002) afirma que dentro do capitalismo os países pobres estariam condenados ao subdesenvolvimento, já que o destino desses países estaria relacionado à dinâmica da economia mundial e não às determinações sociais, políticas, econômicas, culturais, assim como às lutas sociais internas de cada país. Sendo assim, o FMI representava a interferência externa nas economias nacionais e ditava os rumos a serem seguidos pelos países pobres.

Para Corsi (2002, p.20), as políticas recessivas do FMI resultaram em “estagnação econômica e agravamento da inflação e da crise fiscal do Estado, embora melhorasse a situação das contas externas, o que garantiu o pagamento dos juros da dívida, preservando-se assim o interesse dos credores estrangeiros”.

Por essa razão, chegou-se à conclusão de que as medidas propostas pelo FMI foram um fracasso. O Consenso de Washington em 1989 propôs, portanto, não somente políticas de

estabilidade econômica, mas também um plano de reformas para os países subdesenvolvidos. Era a ideia da política neoliberal, que pregava participação mínima do Estado na economia.

As propostas neoliberais eram as seguintes (Corsi, 2002):

1) estabilização macroeconômica pela adoção de planos monetários que atrelassem as moedas nacionais ao dólar e de políticas monetárias, creditícias e fiscais contracionistas. Um dos pontos centrais seria a questão do ajuste fiscal, que deveria obter-se por meio de um superávit primário. As reformas do sistema de previdência social e a reforma administrativa seriam fundamentais para alcançar essa meta; 2) introdução de reformas estruturais visando a abertura das economias nacionais, o que implicava reduções de tarifas e desregulamentação dos mercados financeiro e de capitais, e 3) redução da presença do Estado na economia, centrado em um vasto programa de privatização das empresas estatais. Considerava-se que só depois de implementado esse conjunto de reformas seria possível retomar o crescimento de maneira mais sustentada.

Com o apoio das classes dominantes e base social ampla devido ao sucesso do Plano Real, o então presidente Fernando Henrique Cardoso colocou em prática os planos neoliberais, como é possível observar em trechos de sua carta de despedida ao Senado Federal antes de tomar posse como Presidente da República.

(...) Isto não significa que a ação do Estado deixe de ser relevante para o desenvolvimento econômico. Ela continuará sendo fundamental. Mas mudando de natureza. O Estado produtor direto passa para segundo plano. Entra o Estado regulador (...)

Não tenho dúvida que o avanço da privatização pode aumentar a eficiência geral da economia (...)

A parceria com a iniciativa privada na infra-estrutura econômica abre espaço para que o Estado invista mais naquilo que é essencial: em saúde, em educação, em cultura, em segurança.

Contudo, a adoção do programa não permitiu a retomada do desenvolvimento na periferia, uma vez que toda vez que a economia mundial era sacudida por uma crise ou estagnação econômica, os países subdesenvolvidos, assim como o Brasil entravam em um período de instabilidade.

De acordo com Pinho e Vasconcellos (2003, p.419), a apropriação dos grupos mais pobres na renda nacional não se altera de forma significativa porque o processo de abertura econômica “implica ganhos de produtividade, que, contrapostos por taxas de crescimento econômicos que lhe sejam superiores, levam a maiores taxas de desemprego e de subemprego”. Além disso, a valorização cambial desde o Plano Real em 1994 inibe a atividade econômica doméstica ao incentivar a importação e deixar de lado a exportação. Após 1999, “a adoção do sistema de câmbio flutuante e a conseqüente desvalorização do real

não impulsionam as exportações em nível suficiente para elevar de forma substancial o crescimento econômico”.

O governo Lula a partir de 2002 deu prosseguimento à política neoliberal e, embora tenha criado políticas sociais de redução da pobreza, não conseguiu retirar o país da condição de país desigual. Relatório do PNUD 2009 aponta o Brasil como o terceiro pior índice de desigualdade no mundo. Entre os 15 países com maior diferença entre ricos e pobres, 10 se encontram na América Latina e Caribe.

Devido à permanência de condições desiguais, muitas têm sido as oposições às conseqüências socioeconômicas do neoliberalismo, que aumentou ainda mais o fosso que separa os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos. As reuniões dos países mais ricos do mundo, assim como as do FMI, OMC (Organização Mundial do Comércio) e Banco Mundial são palcos de manifestações a favor de uma sociedade mais igualitária, livre dos preceitos neoliberais.

2 METODOLOGIA

Para mostrar se o conceito de economia, como sendo a ciência da escassez, foi distorcido pela imprensa, foi feita uma análise do caderno econômico Mercado do jornal Folha de São Paulo durante os finais de semana do mês de setembro. As edições datam dos dias 4, 5, 11, 12, 18, 19, 25 e 26 de setembro de 2010. Foram, portanto, 8 edições analisadas.

A escolha desse período se justifica pela maior tiragem de exemplares do jornal durante os domingos, e também buscou-se fugir dos dias úteis, já que as notícias de economia são naturalmente mais contaminadas pelos índices de mercado, cotações e resultados das bolsas de valores. O objetivo era usar para coleta de dados, os dias que possivelmente trariam assuntos novos em matérias maiores que fugissem da rotina de produção do jornalista de economia.

O mês de setembro foi escolhido por ser o mês que antecede às eleições presidenciais brasileiras e que, por isso, um maior debate sobre a conjuntura econômica do país viria estampado nos jornais.

Tendo em vista a recuperação da crise financeira que abalou o mundo nos anos de 2008 e 2009, os assuntos econômicos e o bom desempenho do Brasil ganharam força nos noticiários nos últimos meses. Próximo às eleições não seria diferente e os cadernos de economia, provavelmente, estariam recheados de matérias e análises que representariam para o leitor a realidade da economia brasileira em todos os seus aspectos.

A representação da realidade pelos meios de comunicação causa impactos na sociedade, já que, de acordo com Defleur (1993), os indivíduos e as instituições conferem maior importância ao que é discutido pelos meios, de modo que um fato se torna realidade a partir do momento em que foi pautado pela mídia. Sendo assim, as matérias produzidas pelo jornal nesse período foram um fragmento daquilo que o público leitor vai compreender como realidade.

Os resultados puderam mostrar o que de fato está sendo noticiado pela imprensa e se os problemas econômicos brasileiros também são pautados, uma vez que são realidade no país. A análise quantitativa e qualitativa do conteúdo da editoria de economia verifica se o conceito de economia se apresenta distorcido, camuflando a realidade sócio-econômica brasileira e destacando o lucro e os bons resultados econômicos em vez da desigualdade e da miséria que assola milhares de brasileiros.

2.1 O jornal Folha de São Paulo

O jornal Folha de São Paulo foi fundado em 1921 com o nome “Folha da Noite”. Em 1925, um novo jornal é criado, o “Folha da Manhã” e, em 1949, surge o “Folha da Tarde”. A fusão dessas 3 publicações em 1960 dá origem a um único jornal, a “Folha de São Paulo”, que se tornaria o jornal com maior circulação no Brasil, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC).

A família Frias, que ainda é proprietária do jornal, está nesse posto desde 1962 quando o jornal foi comprado por Carlos Caldeira Filho e Octavio Frias de Oliveira. A data corresponde ao início da modernização e crescimento do jornal.

A Folha sempre esteve à frente dos jornais brasileiros no quesito modernização. Em 1967, uma reestruturação do seu parque gráfico fez com que o jornal se tornasse o primeiro jornal impresso em off-set⁴ no Brasil. Em 1970 inicia a impressão na rotativa metro-offset, tecnologia recém lançada nos EUA e, em 1974, todo o jornal passa a ser feito em fotocomposição.

Em 1983, a Folha foi o primeiro jornal a informatizar sua redação na América do Sul. Isso significou uma redução de em média 40 minutos no processo de produção e fechamento diário do jornal. A década de 80 se tornou um marco na história da Folha de São Paulo, pois foi quando sua redação foi informatizada, foram adotados infográficos e gráficos para ilustrar e explicar as matérias, o que, de certo modo, contribuiu para que o jornal assumisse a liderança em circulação no país.

A postura do jornal foi contraditória em alguns momentos. Inicialmente, a Folha apoiou o golpe de 1964 e a ditadura militar implantada no Brasil. A confirmação dessa postura do jornal está em um editorial publicado em 22 de setembro de 1971 em que a Folha assim define o regime militar: “Um governo sério, responsável, respeitável e com indiscutível apoio popular, está levando o Brasil pelos seguros caminhos do desenvolvimento.”

Tempos mais tarde, no final da década de 70, o jornal passa a apoiar a volta à democracia, dando espaço em suas páginas tanto aos líderes militares quanto à oposição. Com uma renovação profissional em sua redação, a linha editorial do jornal sofre uma mudança e passa a acompanhar, anos depois, a luta pelas Diretas Já.

⁴ A tecnologia off-set é uma das mais utilizadas para impressão e garante boa qualidade para grandes tiragens. A imagem nesse tipo de impressão não é produzida diretamente no papel, mas sim em uma blaqueta de borracha que é responsável por imprimir a imagem no papel.

Para acompanhar o crescimento do jornal e também suas ideias, na década de 90, a Folha de São Paulo inovou ao contratar um *ombudsman*, cargo ainda novo no Brasil. Esse profissional era encarregado de ouvir as críticas, opiniões e sugestões dos leitores, além de criticar os erros e acertos do jornal nas edições. Atualmente a ombudsman da Folha é a jornalista Suzana Singer.

Mas nem tudo é crescimento no jornalismo impresso. A Folha de São Paulo sentiu o impacto a nível mundial da queda das vendas dos jornais impressos. Dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) mostram que a Folha terminou o primeiro trimestre de 2009 com média diária de 298.351 exemplares, enquanto que no começo de 2000, essa média era de 429.476.

Mesmo com essa queda nas assinaturas e vendas avulsas, o jornal continua sendo o mais vendido no país. Em 2009, de acordo com dados do IVC, a circulação média foi de 295.558 exemplares por dia. Nos domingos, a circulação média foi de 340.119 exemplares.

No ano de 2010, o jornal passou por uma reforma gráfica com o objetivo de oferecer uma leitura mais rápida e clara, além de diminuir o peso da diagramação do jornal. As fotos ficaram maiores e os textos mais curtos, além de haver uma mudança no nome das editorias

A classificação e o nome das editorias ficaram assim⁵:

Cadernos diários

- **Caderno A:** Capa, Opinião, Poder, Mundo, Ciência
- **Caderno B:** Mercado
- **Caderno C:** Cotidiano
- **Caderno D:** Esporte
- **Caderno E:** Ilustrada e Acontece

Suplementos semanais

- **Segunda-feira:** Folhateen
- **Terça-feira:** Equilíbrio
- **Quarta-feira:** Tec, Fovest
- **Quinta-feira:** Turismo
- **Sexta-feira:** Guia da Folha
- **Sábado:** Folhinha
- **Domingo:** Ilustríssima, São Paulo; Revista Serafina; **Classificados:** Veículos, Construção, Empregos, Negócios, Imóveis

⁵ Alguns suplementos circulam apenas em São Paulo como o suplemento São Paulo.

2.1.1 Caderno Mercado⁶

O caderno Mercado oferece aos leitores da Folha de São Paulo a conjuntura econômica, brasileira e internacional, e o mundo dos negócios. Encartado todos os dias, o caderno, antes da reforma gráfica, se chamava Dinheiro. Entre as matérias, a editoria também traz entrevistas, análises e opiniões na área econômica. Segundo o próprio jornal, a seção “Opinião Econômica” tem como objetivo manter o pluralismo de opiniões.

A Folha destaca que a função do caderno é orientar quanto a investimentos, trazer indicadores econômicos e fazer a cobertura de temas que mereçam atenção especial em função da conjuntura econômica.

Este caderno foi o escolhido para a análise neste trabalho.

2.2 Análise de Conteúdo

O trabalho foi elaborado por meio da análise de conteúdo do caderno Mercado do jornal Folha de São Paulo. A metodologia de pesquisa seguiu a técnica de análise proposta por Bardin (1977, p.42). A autora assim conceitua a análise de conteúdo:

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo é bastante utilizada pelas áreas das ciências sociais e da comunicação, já que pode extrair das características gramaticais elementos ideológicos, compreendendo o que está por trás do que deveria ser dito (Bardin, 1977). Além de ter uma fase quantitativa, essa análise também propõe uma análise qualitativa com a interpretação dos dados coletados.

Por essa razão o trabalho utilizou essa metodologia, uma vez que a interpretação do material é essencial para discutir o papel que o jornalismo econômico tem na sociedade, e se, de fato, o conceito de economia tratado pelo veículo pesquisado encontra-se como oposição ao conceito de “ciência da escassez” proposto pela economia neoclássica.

⁶ É importante destacar que embora o nome do caderno seja Mercado, ou seja, um nome que de certa forma poderia restringir seu conteúdo, é nesse caderno que os leitores vão procurar as notícias sobre economia em geral. O que, portanto, pode caracterizar o caderno como sendo o de economia do jornal Folha de São Paulo.

A percepção que os leitores do caderno de economia têm da realidade econômica brasileira ao ler o jornal também pode ser interpretada com a posse dos dados coletados. Com o embasamento teórico de Defleur (1979) e com a análise de conteúdo, pode-se dizer de que forma o fato está sendo mostrado aos leitores. Bardin (1977) coloca como um dos objetivos da análise de conteúdo analisar o contexto ou o significado de conceitos sociológicos e outros nas mensagens, bem como caracterizar a influência social das mesmas.

Antes de iniciar a coleta de dados, Bardin (1977) mostra quais são os procedimentos necessários para uma pesquisa mais eficiente.

Primeiro é preciso ter em mente os objetivos da pesquisa, aonde se quer chegar com ela, pois assim já se pode saber em que aspectos textuais deverá se atentar durante a análise. Com os objetivos específicos delineados, parte-se para uma pré-análise, que se caracteriza, de forma geral, por uma leitura flutuante e pela escolha do material.

Na segunda fase, explora-se o material de pesquisa, esmiuçando os termos coletados para posterior interpretação. Essa é a fase central da pesquisa, que demanda a maior parte do tempo. Nesse ponto, são feitos recortes em unidades de contexto e de registro, e também a categorização dos elementos para análise.

Segundo Bardin (1977), unidade de registro, que é o recorte trabalhado neste trabalho, é o menor recorte semântico que se extrai do texto, podendo ser uma palavra-chave, um tema, objetos, etc. Já a categorização é o agrupamento em razão de caracteres comuns dos elementos sob um título geral, ou seja, a separação dos dados por eixos de sentido. Os requisitos para uma boa categoria, segundo a autora, são a exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade e produtividade.

Para Bardin, a análise baseia-se, portanto, em operações de desmembramento do texto em unidades, ou seja, descobrir os diferentes núcleos de sentido que constituem a comunicação, e posteriormente, realizar o seu reagrupamento em classes ou categorias.

A extração das palavras do texto é chamada por Bardin (1977) como análise léxica. Essa análise tem como material os adjetivos, os verbos, os substantivos, ou seja, as palavras portadoras de sentido. Esse trabalho possibilita ao pesquisador obter indicadores importantes para a interpretação como a ocorrência mais freqüente de determinado termo.

O desmembramento do discurso em categorias é chamado de análise categorial. Essa análise possui critérios de escolha e de delimitação que se orientam pelos objetivos da pesquisa.

De acordo com Bardin (1977), após a leitura flutuante, tendo por base os objetivos da pesquisa, é feito o *corpus* central do trabalho, no qual deve haver a análise dos dados

coletados e também uma leitura prévia de livros sobre o assunto a fim de criar inferências em relação ao objeto e ao que é estudado sobre o tema.

Em um último momento, parte-se para a interpretação dos dados, que só é possível após o embasamento teórico e a análise do material coletado. As interpretações devem estar apoiadas em argumentos que as validem, isto é, na própria literatura de fundamentação teórica ou nas práticas observadas no ambiente pesquisado. Após a interpretação, os resultados são sistematizados de acordo com os objetivos iniciais da pesquisa.

2.3 Etapas da pesquisa

Partindo das explicações de Bardin (1977) sobre a análise de conteúdo, o trabalho objetivou caracterizar a distorção do conceito de economia no caderno Mercado do jornal Folha de São Paulo por meio da análise lexical e categorial dos textos dessa editoria.

Para orientar a coleta, a análise e, posteriormente, a interpretação dos dados, foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema jornalismo econômico e economia. Autores consagrados da área como Quintão e Basile, além de Kucinski foram utilizados para construir uma fundamentação teórica que pudesse compreender da melhor forma possível as grandes questões que cercam o jornalismo econômico no Brasil.

Com esse embasamento teórico sobre a prática jornalística também foram necessárias leituras que mostrassem algumas bases da ciência econômica. Por essa razão, livros como o de Rossetti ajudaram a ter um panorama geral sobre as escolas de economia e seus principais fundamentos. O objetivo era confirmar que a economia não abrange apenas as grandes movimentações financeiras, os negócios e os lucros, exaustivamente pautados pelos jornais de economia, mas sim que se trata de uma ciência da escassez e que, portanto, deve se preocupar também com a distribuição de renda, de recursos e, de forma geral, com a desigualdade sócio-econômica, que é realidade no mundo.

Após a fundamentação teórica, partiu-se para um ensaio, isto é, uma “leitura flutuante”, como destaca Bardin (1977), a fim de verificar quais termos apareciam com mais frequência em um determinado período de publicação do jornal. Esse ensaio teve a duração de 1 semana e serviu apenas para adiantar o que estaria por vir durante a coleta. A observação de como o jornal estruturava suas notícias e quais os temas eram mais abordados pelo veículo confirmou a hipótese inicial de que o jornal não noticiava da mesma maneira os problemas econômicos como o desemprego, a miséria, a desigualdade e as grandes operações financeiras, temas da macroeconomia, etc.

No entanto, para ter validade científica, era preciso fazer uma análise criteriosa do conteúdo jornalístico durante um período mais longo. Com o ensaio e com a leitura de livros sobre o tema, pôde-se escolher as palavras que seriam verificadas na análise de conteúdo.

Foram escolhidas 10 palavras e/ou expressões que representariam a economia como “ciência da abundância”, conceituação feita por Beting (1987), e 10 palavras e/ou expressões que representariam a economia como “ciência da escassez”, conceito trabalhado de forma mais completa pela escola neoclássica. As duas categorias se excluem e são pertinentes, como recomenda Bardin (1977). Para se ter uma confirmação de que os termos escolhidos não estariam em desacordo com suas categorias, consultou-se um dicionário de economia.

É importante ressaltar que alguns termos quando combinados com outros têm significado oposto de acordo com a categorização proposta por este trabalho. Como exemplo, citam-se “lucro” e “distribuição de lucro (s)”. A palavra isolada entrou na categoria “ciência da abundância”, enquanto que a segunda expressão foi contabilizada na categoria “ciência da escassez”. De forma que o termo “lucro” da expressão “distribuição de lucro” não entrou na contabilização da primeira categoria.

As palavras e/ou expressões escolhidas em cada categoria foram:

Categoria Ciência da escassez: desigualdade/disparidade, distribuição de renda/recursos/lucro, trabalhador, salário, emprego, aumento da renda, jornada de trabalho, mercado de trabalho, desemprego e pobreza/pobres/miséria.

Segue o significado de cada termo encontrado no “Novíssimo Dicionário de Economia, de Sandroni (1999):

Desigualdade/disparidade: Esse termo não há no dicionário de economia, mas segundo Ray (1998, p.170, apud ALVARES, 2006), desigualdade pode ser definida como “a disparidade que permite um indivíduo usufruir determinada quantidade de bens materiais enquanto impede outro de usufruir dessa mesma quantidade de bens”.

Distribuição de renda/recursos/lucro: No dicionário de economia encontra-se o termo equivalente “repartição da renda”, que é a maneira como se distribui, entre os participantes da produção, o resultado de sua atividade no processo produtivo. Essa repartição se realiza por meio do pagamento de salários, juros, lucros e da renda da terra (p.521).

Trabalhador: É aquele que executa o trabalho. De acordo com o dicionário de economia, o trabalho é um dos fatores de produção, é toda atividade humana voltada para a transformação da natureza, com o objetivo de satisfazer uma necessidade. O *trabalho assalariado* é típico do modo de produção capitalista, no qual o trabalhador, para sobreviver, vende ao empresário sua força de trabalho em troca de um salário (p.609).

Salário: Remuneração em dinheiro recebida pelo trabalhador pela venda de sua força de trabalho. Costumam-se incluir também, como parte integrante do salário, vestimentas e calçados especiais, alimentação e transporte que a empresa coloca à disposição do empregado. Há ainda o que se convencionou chamar de salários indiretos, que são os benefícios sociais originários de contribuições feitas pelos patrões, pelo Estado e, em parte, pelo conjunto dos trabalhadores (p.541).

Emprego: Em sentido amplo, é o uso do fator de produção por uma empresa. Estritamente, é a função, o cargo ou a ocupação remunerada exercida por uma pessoa (p.203).

Aumento da renda: Não há esse termo no dicionário, mas no verbete “renda”, existe uma conceituação do economista neoclássico Alfred Marshall que designou a diferença entre o preço que alguém se dispõe a pagar por certo bem e o preço realmente pago. Para Marshall, esse último é sempre inferior ao preço que faria a pessoa desistir da compra (p.520). Assim, essa diferença entre o “preço de desistência” e o preço pago constitui a renda do consumidor, ou seja, a medida econômica de sua satisfação complementar. O aumento da renda, portanto, seria o aumento dessa diferença.

Jornada de trabalho: No dicionário há o termo “jornada flexível de trabalho” que seria o sistema de trabalho no qual cada trabalhador tem a liberdade de escolher, dentro de determinados limites, isto é, respeitando um período no qual todos os trabalhadores devem estar simultaneamente no processo de produção, seu horário de entrada e de saída na empresa. Isso trata-se, portanto, de uma jornada flexível. A jornada de trabalho seria, pois, a mesma conceituação, mas sem essa “liberdade de escolha” apontada nesse conceito (p.315).

Mercado de trabalho: Não há definição exata no dicionário de economia, mas observando a conceituação do verbete “mercado” (p.378), conclui-se que o mercado de trabalho relaciona aqueles que procuram emprego e aqueles que oferecem emprego.

Desemprego: Situação de ociosidade involuntária em que se encontram pessoas que compõem a força de trabalho de uma nação (p.168).

Pobreza/pobres/miséria: Estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados, por insuficiência de rendas ou inexistência de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação (p.476).

Categoria Ciência da abundância: lucro, mercado, dinheiro, ações, crescimento econômico/industrial/vendas, crédito, bancos, bolsa, capital e o aparecimento do cifrão (\$).

De acordo com o Novíssimo Dicionário de Economia, de Sandroni (1999) segue os significados de cada uma das palavras e/ou expressões acima:

Lucro: Rendimento atribuído especificamente ao capital investido diretamente por uma empresa. Em geral, o lucro consiste na diferença entre a receita e a despesa de uma empresa em determinado período (um ano, um semestre etc.) (p.356)

Mercado: Em sentido geral, o termo designa um grupo de compradores e vendedores que estão em contato suficientemente próximo para que as trocas entre eles afetem as condições de compra e venda dos demais. Um mercado existe quando compradores que pretendem trocar dinheiro por bens e serviços estão em contato com vendedores desses mesmos bens e serviços. Desse modo, o mercado pode ser entendido como o local, teórico ou não, do encontro regular entre compradores e vendedores de uma determinada economia. Concretamente, ele é formado pelo conjunto de instituições em que são realizadas transações comerciais (feiras, lojas, Bolsas de Valores ou de Mercadorias etc.) (p.378)

Dinheiro: Denominação genérica do meio de pagamento mais comum em praticamente todos os países. Nas línguas ocidentais, é a designação do meio de pagamento geralmente utilizado nas trocas, a moeda metálica (p.174)

Ações: Documentos que indicam ser seu possuidor o proprietário de certa fração de determinada empresa (p.9)

Crescimento econômico/industrial/vendas: Aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica (p.141). Esse conceito pode ser aplicado para o crescimento industrial, que seria o aumento da produção da indústria, e para o crescimento das vendas, que seria o aumento das vendas de produtos ou serviços em determinados períodos.

Crédito: Transação comercial em que um comprador recebe imediatamente um bem ou serviço adquirido, mas só fará o pagamento depois de algum tempo determinado (p.140)

Bancos: Empresas cuja atividade básica consiste em guardar dinheiro ou valores e conceder empréstimos. O banco executa várias outras operações conexas, como pagamento e cobrança em nome de terceiros, venda e desconto de títulos e operações com moedas estrangeiras (p.42)

Bolsa: Instituição em que se negociam títulos e ações. As Bolsas de Valores são importantes nas economias de mercado por permitirem a canalização rápida das poupanças para sua transformação em investimentos. E constituem, para os investidores, um meio prático de jogar lucrativamente com a compra e venda de títulos e ações, escolhendo os momentos adequados de baixa ou alta nas cotações (p.60)

Capital: É um dos fatores de produção, formado pela riqueza e que gera renda. É representado em dinheiro. O capital também pode ser definido como todos os meios de

produção que foram criados pelo trabalho e que são utilizados para a produção de outros bens. Assim, o capital de uma empresa ou de uma sociedade, por exemplo, é constituído pelo conjunto de seus recursos produtivos que foram criados pelo trabalho humano (p.78)

As ocorrências das palavras e/ou expressões foram colocadas em tabelas para que pudessem ser visualizadas de forma mais clara durante a interpretação dos resultados. Durante a coleta de dados, também buscou-se observar a disposição das matérias nas páginas e os gêneros jornalísticos em que se enquadravam as notícias.

Foram descritas as ocorrências dos termos de acordo com os gêneros jornalísticos. Melo (1998) destaca que os gêneros jornalísticos possuem um papel importante para compreender os discursos produzidos pelos meios de comunicação. Os gêneros possuem determinadas funções como informar, opinar ou entreter os leitores. Desse modo a notícia torna-se o gênero jornalístico principal na atividade do jornalismo.

Os jornais brasileiros, em sua maioria, dividem as matérias em suas páginas em: gêneros informativos, que seriam as notícias, as notas, as reportagens, as entrevistas; gêneros opinativos como os editoriais, as colunas, os artigos, as crônicas; gêneros “prestadores de serviço” tais como obtuário, roteiros; e gêneros ilustrativos, que seriam os infográficos, as tabelas, as fotos, as caricaturas.

Gargurevich (1984, apud MELO, 1998) considera a nota informativa, a entrevista, a crônica, a reportagem e os gráficos como sendo os mais importantes em termo de formas de expressão jornalística. Depois viriam as colunas, os artigos, os testemunhos, as resenhas, a crítica.

Em posse das tabelas, a interpretação começou a ser feita, levando-se em conta os fatores descritos acima: ocorrência dos termos, disposição da matéria na página e os gêneros jornalísticos utilizados para o tratamento de cada assunto. Além disso, buscou-se na fundamentação teórica argumentos que validassem a interpretação. Os autores, portanto, foram necessários para comprovar a hipótese inicial desta pesquisa.

Em um segundo momento, para evidenciar que a distorção do conceito de economia não está presente apenas no texto, mas também na mente daqueles que os escreve, foi feita uma entrevista com 10 jornalistas de economia de dois jornais especializados no tema: Brasil Econômico e Valor Econômico. A escolha desses dois veículos deve-se à abrangência de ambos e à importância que possuem na área.

A entrevista contou com 3 perguntas básicas de respostas abertas que estavam de acordo com os objetivos da pesquisa.

- 1) Quais são as pautas do Jornalismo Econômico?
- 2) O que significa uma boa matéria de econômico?
- 3) Por que você, jornalista, escolheu trabalhar nesta área?

O objetivo era verificar o que o jornalista entendia como sendo a preocupação principal do jornalismo econômico (1º pergunta), o que era considerado uma matéria completa na área (2º pergunta) e entender se o jornalista já tinha um conhecimento preliminar de economia, como sendo a ciência da escassez, antes de trabalhar na área (3º pergunta).

Durante a análise das entrevistas, de acordo com Bardin (1977), observa-se a relação do sujeito de pesquisa com o objeto pesquisado, no caso deste trabalho, a relação do jornalista com a economia.

As perguntas foram enviadas por e-mail devido à distância entre a universidade no interior do estado de São Paulo e as empresas jornalísticas localizadas na capital.

As entrevistas e a análise das palavras e/ou expressões do jornal possibilitaram uma compreensão maior da relação do jornalista com a produção das notícias, além de evidenciar a hipótese da pesquisa, como será visto adiante.

3 RESULTADOS

O material coletado durante o mês de setembro de 2010 contabilizou um total de matérias analisadas de 116, sendo 35 colunas/opiniões/análises, 6 entrevistas, 16 grandes reportagens, 23 notas e 36 reportagens.

A maior parte das matérias que se apresentavam na capa do caderno tinham desdobramentos nas páginas seguintes, resultando quase sempre em 3 páginas sobre o mesmo assunto. Nestes casos, caracterizou-se o conteúdo como grande reportagem, já que continham interpretações e diferentes pontos de vista sobre um mesmo tema.

Quanto às reportagens, que foram 36, trata-se das matérias que geralmente ocuparam meia ou uma página. São matérias que se ocupam apenas do relato dos fatos sem uma interpretação mais profunda dos acontecimentos.

As notas são pequenos textos com apenas a exposição dos fatos, geralmente em 6 ou 7 linhas, as colunas/seções/opiniões/análises são espaços ocupados por jornalistas que expõem sua opinião, analisam algum fato ou tratam de temas específicos da coluna e as entrevistas, por fim, tratam-se de perguntas de jornalistas à uma personalidade que possa tratar de determinado tema.

Seguindo esses critérios mais a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), construiu-se as tabelas quantitativas e posteriormente partiu-se para a análise e interpretação das tabelas e das entrevistas feitas com jornalistas de economia de dois veículos brasileiros.

3.1 As Ocorrências dos Termos no Jornal

Na tabela 1 é apresentado o número de ocorrências das palavras que representam a categoria “Ciência da abundância”.

TABELA 1 – Quantidade de conceitos da economia que representam a “ciência da abundância”

<u>“Ciência da abundância”</u>	Edição 04/09	Edição 05/09	Edição 11/09	Edição 12/09	Edição 18/09	Edição 19/09	Edição 25/09	Edição 26/09	TOTAL
Lucro	6	0	0	1	0	0	2	1	10
Mercado	16	18	21	35	43	7	25	15	180
Dinheiro	2	3	1	4	8	5	7	0	30
Ações	12	0	17	4	10	1	26	0	70
Crescimento econômico/industrial/vendas	17	7	3	6	3	2	4	4	46
Crédito	6	3	1	4	1	4	1	4	24
Bancos	18	6	7	10	10	1	3	6	61
Bolsa	6	0	4	1	1	0	9	0	21
Capital	1	6	9	4	3	4	10	2	39
Cifras \$	37	23	41	33	54	25	45	28	286

Nota-se que no total foram 481 termos que caracterizaram uma preocupação somente com o mercado especulativo, com o lucro e com o bem-estar financeiro. Neste total não está incluso o número de cifras que apareceram no período, pois esse dado serve apenas para ilustrar quantas vezes a quantificação de dinheiro esteve presente.

O que chama a atenção é a quantidade da palavra “mercado”, que esteve associada a outras palavras como “mercado de arte”, “mercado financeiro”, “mercado consumidor”. Embora associada a outras palavras, o sentido do termo não se altera, conforme a definição do Dicionário de Economia de mercado como sendo a designação de “um grupo de compradores e vendedores que estão em contato suficientemente próximo para que as trocas entre eles afetem as condições de compra e venda dos demais (SANDRONI, 1999, p.378)

O termo “mercado” também apareceu várias vezes como sendo personagem de determinadas ações como em “O mercado não reagiu como o esperado”, “A queda no setor provocou nervosismo no mercado”, “O mercado não está preparado para o avanço desses produtos”. Esse protagonismo do “mercado” desumaniza a pauta de jornalismo econômico como destaca Sarcinelli (2009). Para o autor “sem esta humanização da pauta, prevalecendo

apenas a realidade sob a ótica do poder econômico e político, ou seja, o posicionamento preferencial junto a empresários e dirigentes políticos, cada vez menos serão os seus leitores”.

Os termos “lucro” e “crescimento econômico/industrial/vendas” também foram destaque, uma vez que em nenhum momento das 10 vezes que apareceram a palavra “lucro” tratou-se da distribuição dele entre a sociedade ou entre um grupo de pessoas. O lucro esteve associado ao balanço financeiro de bancos e empresas que fecharam no azul em determinado período. Na edição de 4 de setembro, por exemplo, há uma matéria cujo título é “Lucro dos bancos federais cresce 72%”.

Já o crescimento econômico aparece em detrimento do desenvolvimento econômico, que não apareceu em nenhum momento nestas 8 edições. A diferença entre o crescimento econômico e o desenvolvimento está em que o primeiro se preocupa apenas com a expansão econômica medida por meio de números como o PIB, dados das exportações e importações, etc, enquanto que o segundo traz o significado do crescimento associado à melhoria de vida da população. (Pinho e Vasconcellos, 2003 e Amartya Sen, 2000, apud CORSI, 2003).

A opção pelo crescimento econômico mostra que a preocupação do jornal neste período foi apenas com os bons resultados da economia, não buscando, contudo, as consequências sociais desse fato. Como exemplo, cita-se a crítica do norte-americano Robert Shapiro estampada na edição de 4 de setembro em que ele afirma que o ano eleitoral terá o maior crescimento do PIB no governo Lula com forte aumento nos gastos públicos. Nesta sua crítica há 10 vezes a ocorrência do termo “crescimento”, pautando apenas a expansão da economia. Além disso o problema que Shapiro expõe é “a transferência de fábricas e empregos para os países pobres” como consequência da globalização. Não se avalia, portanto, outros aspectos como as já péssimas condições de vida dos países periféricos como o alto desemprego e condições trabalhistas precárias.

A observação dos textos, no geral, evidencia que o crescimento econômico, industrial ou de vendas serviu apenas para direcionar os investimentos de empresários tanto no Brasil quanto no exterior. A informação, portanto, é direcionada a grupos detentores de capital que se interessam pelos dados da macroeconomia para aplicar da melhor maneira seu dinheiro.

Por essa mesma razão, o termo “ações” aparece 70 vezes no período, orientando a tomada de decisões dos grandes empresários. No caso específico da edição de 25 de setembro, em que o termo aparece 26 vezes, a capitalização da Petrobrás foi assunto predominante no caderno. Nas matérias que tratam sobre o assunto não há menção a uma possível melhoria de condições de vida para a população brasileira mais pobre com a capitalização e a consequente expansão da empresa. Os títulos das matérias mostram o que é ressaltado na edição: “O

pequeno aplicador leva 47% das ações”, “Meirelles tranquiliza investidores”, “‘Comedor de capitalismo’, Lula fala de ‘momento auspicioso’”, “Governo aproveita sucesso da capitalização para campanha”, “Governo não consegue 50% da Petrobrás”.

Na matéria em que Lula se pronuncia a respeito da capitalização, chamando o momento de “auspicioso” espera-se uma observação a respeito de um bom momento para o Brasil no sentido do desenvolvimento econômico, mas não é o que ocorre. O texto apenas relata a presença de Lula na Bolsa de Valores de São Paulo sem fazer interpretações sobre o tema. Na fala de Lula selecionada pelo jornal, o presidente apenas destaca que ele era visto como um “comedor de capitalismo”, mas que na verdade está participando do momento mais auspicioso do capitalismo mundial.

Os termos “capital”, “crédito”, “bancos”, “bolsa” e “dinheiro” também aparecem relacionados ao crescimento econômico, à especulação financeira, aos investimentos e aos bons resultados das empresas.

O crédito fácil é visto como impulsionador do aumento das vendas e o consequente recorde registrado pelas lojas. Trata-se do mesmo crédito liberado pelos bancos que obtêm lucros crescentes e injetam mais dinheiro no mercado. Os investidores também obtêm ganhos expressivos com as ações da bolsa de valores trazendo capital estrangeiro para o país. O sobe e desce da Bovespa noticiado nas edições mostram o fluxo de capitais no Brasil.

São termos utilizados sempre para interpretações macroeconômicas, o que evidencia o predomínio dessa área nas edições analisadas. O problema econômico não atinge o leitor que não está acostumado com os jargões do jornalismo econômico e menos ainda com a realidade dos negócios financeiros.

A expressiva ocorrência dos termos neste quadro, que optou-se por caracterizá-los como representantes do conceito da “ciência da abundância” como Beting (1994) se referiu à atividade econômica atual, mostra o quão perplexo pode ficar o leitor ao se deparar com esses conceitos ou temas quando lê o jornal.

A ideia de que somente os “homens de mercado” leem o caderno de economia é equivocada, pois os leitores vão desde especialistas do mercado, empresários e políticos até os cidadãos comuns e pequenos empreendedores (KUCINSKI, 2002). Para Beting (1983) é um público ainda leigo e neófito nos assuntos econômicos, constituído pela classe média, por pessoas com nível superior como profissionais autônomos, trabalhadores formais, estudantes universitários, servidores públicos, produtores agrícolas, comerciantes e pequenos empreendedores. O que ocorre é que mesmo se interessando pela área, eles podem se sentir

excluídos das páginas do jornal tanto pela linguagem utilizada nos veículos quanto pelos assuntos abordados.

A realidade de grande parte desses leitores não condiz com o que é noticiado pela imprensa. O critério de escolha da notícia pelo interesse público como aponta Traquina (2005) é deixado de lado como se os assuntos fossem direcionados a apenas um grupo que, na visão dos jornais, é o público-alvo dos cadernos de economia. Os jornais não se dão conta de que quando pensam dessa forma, excluem parcela significativa da população que precisam saber da realidade econômica do país para tomar suas decisões.

E a realidade sócio-econômica brasileira não é apenas relacionada ao bom momento para os investidores estrangeiros, aos bancos ou aos empresários. Trata-se de uma realidade marcada pela desigualdade de renda e de oportunidades que, como se verá na tabela 2, quase não é pautada nas edições analisadas.

Neste quadro quantitativo os termos que representam a economia como “ciência da escassez” foram contabilizados nas 8 edições do caderno Mercado. A “ciência da escassez” ou a economia em seu conceito mais amplo não se deve ocupar apenas com uma visão da área como foi visto na tabela anterior. Os bons resultados econômicos e das empresas também devem ser associados com a melhoria de vida da população e com a boa administração dos recursos econômicos que são escassos (TROESTER E MOCHÓN, 2002).

TABELA 2 – Quantidade de conceitos da economia como “ciência da escassez”

<u>“ciência da escassez”</u>	Edição 04/09	Edição 05/09	Edição 11/09	Edição 12/09	Edição 18/09	Edição 19/09	Edição 25/09	Edição 26/09	TOTAL
Desigualdade/Disparidade	2	5	0	0	0	1	0	0	8
Distribuição de renda/recursos/lucro	3	0	0	0	1	0	1	0	5
Trabalhador	0	8	2	1	0	2	0	4	17
Salário	2	14	0	0	0	1	0	10	27
Emprego	5	6	7	1	0	1	0	10	30
Aumento da renda	1	0	1	3	1	0	0	2	8
Jornada de trabalho	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Mercado de trabalho	4	1	0	1	0	0	0	7	13
Desemprego	3	1	0	0	3	3	0	2	12
Pobreza/pobres/miséria	0	1	0	0	2	0	1	0	4

Nessa categoria foram contabilizadas 125 palavras e/ou expressões que representam a economia como “ciência da escassez”. O número de ocorrências representa 30% das ocorrências da categoria “ciência da abundância”. Como será visto nessa interpretação, muitas palavras que entraram nessa conta não significam que a matéria tratou de outras questões da economia como os “salários dos trabalhadores”, a “desigualdade brasileira” ou a “pobreza que assola milhares de brasileiros”. Muitos termos foram tratados de forma superficial ou então foram utilizados em contextos que colocam a manutenção do sistema capitalista e consequentemente da lógica do mercado em primeiro plano.

A matéria da capa do caderno do dia 5 de setembro é um exemplo de como algumas questões são trabalhadas sobre a óptica do mercado. O título da matéria é “Emergentes e ricos se igualam, diz CEO da Pimco”. Pelo título, a afirmação de que os países ricos e os em desenvolvimento se igualam, num primeiro momento deu a entender que se tratava de uma matéria que abordava a desigualdade econômica entre esses dois grupos de países. No entanto, o verbo “se igualam” se referia à preferência por investimento em fundos de renda fixa e à migração de capital internacional, o que seria, portanto, uma igualdade do ponto de vista mercadológico, de acumulação de capital.

Um outro exemplo nessa mesma edição do dia 5 é com relação à palavra “emprego” que apareceu 6 vezes. Na matéria intitulada “Chile importa empreendedores digitais” é apresentado o projeto do país de atrair empresas iniciantes que apostam em novas tecnologias. A ideia era fazer do Chile um novo polo de conexão do mundo com a América Latina. No texto, a palavra “emprego” aparece no seguinte contexto: “Para crescer 6% não pode contar apenas com **emprego**; precisa de investimento em produtos, o que ainda não é tão alto como nas economias asiáticas.”

O termo foi utilizado em um contexto em que o que estava sendo discutido era o crescimento econômico do país que poderia ser maior com projetos inovadores. O problema do emprego foi jogado para um segundo plano e não foi abordado de forma ampla, mas sim superficial. Mesmo assim foi contabilizado na tabela 2 como ocorrência, o que explica o porquê de alguns termos aparecerem na categoria “ciência da escassez”, sem, contudo, as matérias se comprometerem com assuntos que devem ser preocupação da ciência econômica. Um outro exemplo é da matéria “Escola é polo mundial de alta tecnologia” da edição de 26 de setembro, em que a palavra “emprego” aparece em um contexto em que se mostra a preocupação da escola com o ensino de ponta: “Muita universidade se preocupa com o que o professor vai fazer se perder o **emprego**, mas não se preocupa com o estudante.” Nesse caso o termo foi usado apenas para a argumentação e não foi abordado de forma ampla, mesmo porque não era essa a preocupação da matéria.

A questão da disparidade de renda e dos salários como possível causa de conflitos sociais explica a razão de maior ocorrência desses termos na edição do dia 5 de setembro. O artigo do economista chinês Fan Gang analisa os baixos salários na China e a desigualdade no país. Segundo o autor, “embora a mão-de-obra barata tenha sido um fator-chave para a geração de alto crescimento nas últimas três décadas, também contribuiu para profundas **disparidades de renda (...)**”. O autor ainda acrescenta que “caso os **salários** possam ser elevados de maneira significativa, isso indicará que sua economia enfim atingiu um novo patamar de desenvolvimento, em que **disparidades de renda** podem ser reduzidas.”

Esse artigo é o único observado nas 8 edições analisadas que trata de maneira mais ampla outras variáveis da economia que pouco são pautadas pelos jornais. Os problemas relacionados à realidade de trabalhadores e, em geral, à realidade econômica são tratados sem que estejam vinculadas a interesses empresariais explícitos.

O que deve ser notado, porém, é que o assunto embora possa ser aplicado à questão brasileira no que diz respeito aos baixos salários em algumas áreas e à desigualdade de renda

entre regiões, classes, raça ou sexo, trata da realidade chinesa, país fortemente criticado pela comunidade internacional por sua prática de *dumping social*⁷.

O leitor do jornal pode se distanciar da realidade brasileira ou talvez não fazer a ligação entre as duas realidades. A opção por um artigo de um economista chinês pode pautar a economia como “ciência da escassez”, mas o jornal poderia ter escolhido uma análise do caso brasileiro para que os leitores conheçam os problemas do país e não encarem a economia do Brasil como algo fantasioso de bons indicadores e abundância de capital.

Nos momentos em que são abordados os problemas dos trabalhadores como o aumento dos salários no Brasil, a análise não é tão profunda como no artigo do economista chinês. Em matéria do dia 12 de setembro intitulada “Receita estável reforça ajuste em 2011”, por exemplo, o termo “aumento de renda” aparece como uma das causas para o aumento da receita do governo durante alguns anos. Segundo a matéria, com a formalização do trabalho, ou seja, com o registro em carteira e com o aumento da renda dos trabalhadores foi possível arrecadar mais recursos devido às contribuições dos empregados e dos aumentos na alíquota do imposto de renda.

A matéria não fala do aumento da renda como sendo resultado de uma possível distribuição de recursos ou de lucros como os economistas neoclássicos defendiam. Aliás a palavra “distribuição”, como pode ser visto na tabela 2, apareceu apenas 5 vezes nas 8 edições analisadas.

As ocorrências do termo também foram superficiais, apenas a título de ilustração nas matérias. Em artigo de opinião de Ernesto Lozardo publicado na edição de 18 de setembro, após fazer uma análise das propostas de dois candidatos à presidência da república sobre a autonomia do Banco Central e política cambial, Lozardo termina seu texto com o seguinte parágrafo:

Para governar o Brasil atual não basta o instinto político ou o currículo do governante. Faz-se necessário ter competência para garantir a gestão dos interesses públicos, dos direitos de liberdade e da democracia, comprometer-se com a **distribuição da renda**, com a solidez e independência das instituições públicas e privadas e com a valorização da abertura econômica e social. (grifos meus)

Percebe-se que o termo “distribuição de renda” apareceu em um contexto em que não se tratava desse assunto e sim da política cambial e do Banco Central. Durante todo o texto o autor argumentava sobre os juros do Brasil, o papel do Banco Central, a função do câmbio

⁷ Dumping social é uma prática na qual se busca a vantagem comercial por meio de relações trabalhistas precárias como baixo salário e ausência de direitos.

flutuante e no final, em uma espécie de “chavão” para concluir a ideia de debate entre dois candidatos, ele cita que é necessário haver “distribuição de renda”. O termo não foi abordado em nenhum momento e sua presença nesse último parágrafo apenas evidencia a superficialidade com que a única ocorrência da edição de 18 de setembro apareceu.

As 3 ocorrências dos termos “trabalhador”, “salário” e “jornada” (de trabalho) na edição do dia 19 de setembro também exemplificam a forma superficial com que a maioria dos termos da tabela 2 apareceram nas edições analisadas. A matéria “Orçamento de calçado pirata sai em 3 dias” cita a situação dos trabalhadores no mercado pirata da cidade chinesa de Putian em apenas 1 pequeno parágrafo. A reportagem completa fala sobre a falsificação de produtos na China e apenas esse pequeno espaço é usado para falar dos trabalhadores e de seus salários: “A demanda é tão grande que faltam **trabalhadores**. O **salário** saltou de R\$356, no ano passado, para R\$460, por uma **jornada** de dez horas, com quatro folgas mensais e duas refeições diárias, sem férias”.

Na matéria “África do Sul pós-copa vive desconfiança”, do dia 26 de setembro a situação dos trabalhadores também foi jogada para o segundo plano. A matéria mostra as dificuldades que os investidores enfrentam no país com diversas crises sociais. A greve do funcionalismo público, a disputa por direitos, entre outras manifestações da população são encaradas como ameaça para aqueles que apostaram na África do Sul durante a Copa do Mundo. A matéria, pois, adota o ponto de vista dos investidores, evidenciando que um país instável é um problema para os negócios.

Talvez a melhor matéria que aborda o termo “emprego” e “mercado de trabalho” do ponto de vista da economia como sendo a ciência da escassez seja a reportagem que saiu na capa da edição de 26 de setembro intitulada “11% dos ocupados buscam emprego melhor”. Nesta matéria é mostrado que a quantidade de pessoas que buscam empregos melhores no que se refere a condições de trabalho e salário é maior do que o número total de desempregados. Foram 10 ocorrências do termo “emprego”, 10 do termo “salário” e 7 do termo “mercado de trabalho”.

O aquecimento da economia e do próprio mercado de trabalho são os fatores responsáveis pelo aumento do número de pessoas que querem deixar seus postos de trabalho para buscar um emprego que ofereça melhores condições. A matéria ressalta que o “salário mais alto” também deve ser levado em consideração.

O que se pode observar é que o trabalhador está interessado em trabalhar em locais que respeitem seus direitos e que ofereçam boa remuneração. A reportagem mostra também que a renda dos trabalhadores continua crescendo devido ao mercado de trabalho aquecido.

Nessa matéria que ocupou a capa mais uma página do jornal ficou evidente que o crescimento econômico propiciou melhorias no poder de barganha dos trabalhadores, já que eles podem escolher onde querem trabalhar e, ainda, lutar por direitos trabalhistas. A expansão da economia esteve aliada, portanto, à melhoria do mercado de trabalho, embora algumas ressalvas possam ser feitas, como por exemplo, a ausência de dados sobre a jornada de trabalho na matéria que tratava sobre a renda dos trabalhadores.

Em contraposição à situação trabalhista e à distribuição de renda na edição de 18 de setembro a acumulação de renda evidenciada pelo aumento do poder de compra de alguns países aparece como sendo algo benéfico para as indústrias, o que denota um ponto de vista empresarial por parte das matérias.

A partir do momento em que as pessoas têm mais recursos para comprar e satisfazer suas necessidades, esse aumento do poder de compra não é encarado como causa de um possível bem-estar da população. Na matéria “Busca por segurança faz ouro bater recorde”, o aumento da cotação do ouro no mercado internacional é visto, entre outros fatores, como consequência do aumento do poder de compra em países em desenvolvimento, especialmente a Índia. Com a melhoria de renda das pessoas, a indústria de jóias é impulsionada e com maior demanda, a cotação sobe.

Essa matéria gira em torno do recorde de cotação do ouro e destaca o aumento do poder de compra como sendo uma vantagem para a indústria das jóias. Portanto, nesse caso, um aumento de renda não é tratado como algo que pode diminuir a desigualdade histórica entre ricos e pobres ou melhorar a vida das pessoas, mas sim como algo que ajudou no desempenho da produção industrial.

Outro ponto que merece destaque com relação ao aumento da renda está na edição do dia 19 de setembro. A matéria de capa intitulada “66% dos novos viajantes são da classe C” trata do aumento do poder de compra dessa classe que se expandiu de modo significativo nos últimos anos. De maneira semelhante à matéria da cotação do ouro, nesse caso também não se discutiu amplamente se houve melhoras na vida dessa classe. A “satisfação das necessidades humanas” como Lange (1967, apud ROSSETI, 2000) destacou em seus estudos sobre a economia mais uma vez foi deixada de lado, cedendo espaço aos grandes temas que regem os negócios e o mercado.

A matéria discute a infra-estrutura dos aeroportos brasileiros, mostrando se eles estão preparados para esse aumento da demanda. Logo no início já há um sinal do teor da matéria: “Crescimento deve ser um desafio para os aeroportos brasileiros, que já enfrentam problemas de gargalo”. Os investimentos nos aeroportos são, portanto, os principais destaques.

É importante notar que essa matéria ocupa 3 páginas desta edição, sendo a primeira com foco maior nos desafios que devem ser enfrentados pelos aeroportos e as demais sobre outros aspectos da classe C. Embora existam mais duas matérias relacionadas à demanda nos aeroportos, há uma matéria que explica ser o lazer o principal motivo para as viagens dessa classe. Existe também um artigo de opinião que critica a classificação por classes da maneira como é feita pelos institutos de pesquisa.

A matéria que destaca o lazer mostra que os passeios e as visitas a familiares são as principais razões dos voos dessa faixa de renda. O texto, ao tratar da possibilidade que a classe C tem de poder viajar e ter momentos de lazer, de certa forma indica melhoria na qualidade de vida, pois até algumas décadas atrás esse grupo não tinha opções de lazer talvez por falta de recursos financeiros. No entanto, o foco central da matéria continua sendo os aeroportos e o medo que eles despertam nos membros da classe C. Além disso, em uma demonstração de que os interesses empresariais são o que mais importam na pauta, os últimos parágrafos apontam que os nordestinos são os clientes potenciais das linhas aéreas e “as empresas ainda não se deram conta desses consumidores”.

No artigo de opinião, Vinícius Torres Freire destaca que é preciso saber como é composta e como vive a classe C, pois os parâmetros de renda não são suficientes para entender a “nova classe média”. O artigo é explicativo e mostra um lado que não é pesquisado pelos institutos de pesquisa: o lado oposto ao dinheiro que classifica a população por faixas de renda. Para Freire, a “classe” torna-se apenas o rótulo de uma estatística econômica de renda: aqueles que estão no meio. O autor ressalta que “se trata de um ‘meio’ bem precário. Só 21% dos domicílios urbanos têm, simultaneamente, luz, telefone fixo, internet, geladeira, TV colorida e lavadora, segundo dados do IBGE.”

As interpretações apresentadas nessas duas tabelas deixam clara a predominância de determinados assuntos relacionados à macroeconomia (tabela 1) nas 8 edições analisadas. O que se observou também é quanto à disposição das matérias no jornal bem como o espaço que ocuparam e os gêneros jornalísticos em que estiveram pautados os assuntos.

3.2 Disposição das Matérias

A observação do jornal mostra que as matérias que continham a predominância dos termos da tabela 1 são em número maior do que as que continham a predominância dos termos da tabela 2. Como nem sempre o predomínio de alguns termos denotou preocupação

com a discussão dessas expressões, como se viu no subitem anterior, não se elaborou uma tabela quantitativa para ilustrar esse subitem.

As capas de 7 das 8 edições analisadas tiveram como tema principal assuntos que estavam recheados de termos da tabela 1. São eles: mercado, investimentos, ações, crescimento. Na única edição em que os termos da tabela 2 estiveram mais evidentes foi a de 26 de setembro, em que a capa trouxe a matéria sobre a busca pelo emprego melhor.

A importância dessa observação se deve ao fato de que todas as matérias de capa tiveram desdobramentos em páginas seguintes, caracterizando uma grande reportagem. Esses desdobramentos resultavam, em média, 3 páginas que tratavam do mesmo assunto. Considerando que em algumas edições foram apenas 10 páginas, incluindo inserções publicitárias, isso representa 30% do conteúdo focado em um mesmo tema.

O leitor do caderno Mercado dará maior importância para esses assuntos, já que eles são predominantes no caderno conforme a teoria da *agenda setting*. Defleur (1993) diz que a *agenda setting* trata-se da teoria de que os meios de comunicação pautam os assuntos da sociedade por meio dos destaques ou omissão de determinados temas.

Com relação aos termos da tabela 2 que representam o conceito da ciência da escassez, verifica-se que a maior ocorrência dos termos esteve em artigos de opinião como o do economista chinês que trata da mão-de-obra barata da China e de Vinícius Torres Freire que têm um olhar crítico acerca da classificação da sociedade por rendas.

A única matéria que teve a predominância dos termos da tabela 2 e que teve o destaque em capa foi a da busca por um emprego melhor. Nessa reportagem ficou clara o aquecimento do mercado de trabalho e a possibilidade que um grande número de pessoas tem de trocar de emprego em busca de condições de trabalho melhores.

A matéria que até certo ponto também abordou o lado do crescimento econômico aliado ao desenvolvimento e bem-estar como propõe a ciência da escassez foi a que tratava do lazer como sendo o principal fator que leva a classe C a viajar de avião. Embora o teor da reportagem estivesse direcionado à necessidade de adaptação dos aeroportos, das companhias aéreas ele ressaltou a melhoria de vida da população por meio da palavra lazer em seu título.

Como o tratamento mais profundo esteve presente nos artigos de opinião, a impressão que dá é que o jornal prefere se distanciar desses temas, deixando para jornalistas a responsabilidade por analisar e discutir algumas questões. Além disso, segundo Gargurevich (1982 apud MELO, 1998), as notas informativas, entrevistas, crônicas, reportagens e gráficos (fotos, caricaturas, mapas, tiras cômicas) são os gêneros jornalísticos mais importantes e, em seguida, vêm as colunas, os artigos, os testemunhos, as resenhas, a crítica, a polêmica ou

debate, as campanhas, a titulação e os folhetins. O autor, portanto, considera os artigos de opinião menos importantes em um jornal se comparados a outros gêneros.

Sendo assim, conclui-se que a hipótese de que o caderno Mercado do jornal Folha de São Paulo distorce o conceito de economia como sendo a ciência da escassez foi confirmada, pois além de destacar assuntos que foram verificados pela contabilização dos termos da tabela 1, ele também não dá a devida importância para as matérias que pautam os salários dos trabalhadores, a distribuição de renda e lucros, as condições de vida nas cidades, relegando-as a opiniões e/ou pequenas análises. As grandes reportagens, em sua maioria, são pautadas pelos interesses dos empresários e investidores, já que tratam de assuntos da área do mercado. Há, portanto, uma “negação do social pelas forças econômicas, que no neoliberalismo se tornou explícita e programática, se refletindo na negação do social pelo jornalismo econômico convencional” (KUCINSKI, 2002, p.188).

Conforme destaca o mesmo autor, a ideologia do jornalismo econômico com o entendimento de que as grandes empresas e seus executivos são os protagonistas principais da narrativa jornalística também está presente nos jornalistas.

Por essa razão, nesta parte do trabalho analisa-se o que pensam os jornalistas de economia sobre a ciência econômica, destacando quais são as pautas que eles entendem ser as principais da área e o que é uma boa matéria de jornalismo econômico. O objetivo é verificar se a mentalidade dos jornalistas foi, de certa forma, contaminada pela ideia da economia como sinônimo de lucro, acumulação de capital, ou seja, como a “ciência da abundância”.

3.3 Entrevistas

Bardin (1977) considera a entrevista um item importante durante a análise de conteúdo, uma vez que é possível fazer uma relação entre os entrevistados e o objeto de pesquisa.

Para interpretação de como os jornalistas de economia encaram a ciência econômica foi feita uma entrevista com 10 jornalistas de 2 veículos de jornalismo especializado: o jornal Valor e Brasil Econômico. Os nomes dos entrevistados foram preservados conforme foi tratado no acordo para a execução da entrevista.

O objetivo é averiguar se a afirmação de Kucinski (2002) de que no jornalismo econômico, a produção da notícia é influenciada pelos padrões ideológicos dominantes é válida. Afinal, se assim for, a postura dos jornais com relação à predominância de determinados assuntos como tratado no subitem anterior também estará presente no modo

como os jornalistas trabalham e pensam com e sobre a economia. Para Kucinski (2002) esses valores dominantes são caracterizados pelo neoliberalismo, que defende a livre empresa na esfera econômica e a democracia liberal na esfera política.

A entrevista se baseou em três perguntas básicas que possibilitavam uma resposta ampla para se entender melhor o que pensava o entrevistado. As perguntas foram as seguintes:

- 1) Quais são as pautas do Jornalismo Econômico?
- 2) O que significa uma boa matéria de econômico?
- 3) Por que você, jornalista, escolheu trabalhar nesta área?

As respostas mostram que apenas um jornalista considerou outras pautas para o jornalismo econômico que não empresas, política externa, finanças, indústrias, mercado de capitais, modalidades de investimentos, aquisições, lançamento de produtos. O jornalista do jornal Valor afirmou que as pautas são as mais variadas, podendo ser:

MACROECONOMIA (inflação, ritmo de crescimento econômico, emprego/desemprego), FINANÇAS (evolução das operações de crédito, taxas de juros, aplicações financeiras tipo poupança, títulos bancários e ações), EMPRESAS (resultado de balanços, programação de investimentos na produção), SERVIÇOS (campanhas publicitárias, viagens, escolas/universidades)
As pautas podem ter outros temas como MEIO AMBIENTE que também interfere em relações econômicas.

O destaque da resposta desse entrevistado está no tema meio ambiente que não foi abordado pelos demais jornalistas. Além disso, na explicação sobre os assuntos que podem ser pautados na macroeconomia, o jornalista aponta a questão do emprego e do desemprego, o que não aparece na resposta de outros entrevistados e tampouco é pautado de forma completa pelas edições analisadas neste trabalho.

Com exceção desse jornalista, 3 jornalistas que representam as respostas de outros 6, que tratavam de temas similares, assim responderam sobre as pautas do jornalismo econômico:

Entrevistado A: “As pautas são definidas de acordo com a relevância, abrangência e ineditismo da informação. Então, se um banco compra outro é algo que contempla os três quesitos, por exemplo. No jornal, damos matérias sobre aquisições, expansões, lançamentos de produtos, investimentos, movimento da bolsa de valores, entre outros”.

Entrevistado B: “Situação Macroeconômica, Empresas, política externa”.

Entrevistado C: “As pautas de maior interesse do jornalismo econômico podem se dividir basicamente em macroeconomia (juros, inflação, política econômica, comércio exterior, desempenho dos setores econômicos e finanças públicas), microeconomia (serviços ao cidadão e consumo) e empresas ou negócios”.

As respostas evidenciam o que foi contabilizado na tabela 1, ou seja, as pautas que caracterizam o jornalismo econômico, segundo os próprios jornalistas da área, são as que tratam a economia como “ciência da abundância”. Os termos da tabela 2 naturalmente não seriam em maior número já que a preocupação do jornalismo de economia no Brasil não está centrado no que a “ciência da escassez” coloca como objeto da economia.

No que se refere à segunda pergunta, os entrevistados afirmam que a clareza, a objetividade e a precisão são imprescindíveis para uma boa matéria de econômico. Apenas 2 jornalistas acrescentam ser necessário apontar interesses ou opiniões contraditórias nas matérias. Um desses jornalistas justifica que o leitor precisa ter diversas análises a respeito de um mesmo fato.

A resposta que mais chamou a atenção foi a de um jornalista do jornal Brasil Econômico: “Uma boa matéria é aquela que consegue ser bem detalhista, que conta os meandros da operação e, ao mesmo tempo, explica as implicações daquela novidade para o setor ou população”. O uso da palavra “operação” denota um conceito voltado para o mercado financeiro ou para os negócios, ou seja, fica clara novamente a presença dessas pautas no jornalismo econômico, e o que merece destaque é que a exemplificação implícita dessa pauta está na resposta da pergunta sobre o que seria uma boa matéria de jornalismo econômico. O jornalista ao responder o que ele considerava uma boa matéria, o que lhe veio à mente foi, provavelmente, uma matéria sobre negócios ou mercado financeiro, nas quais o termo “operação” é mais recorrente.

Na pergunta 3, o objetivo era saber se o jornalista tinha alguma noção da atividade no jornalismo econômico antes de entrar na área. As pautas encontradas no jornal distorcem o conceito de economia como sendo a ciência da escassez e, portanto, os novos profissionais podem ter visões igualmente distorcidas do que é a economia e quais suas preocupações.

As respostas de todos os jornalistas são as mesmas: não escolheram trabalhar na área, foram parar no jornalismo econômico pelo acaso da profissão. Segue algumas respostas:

Entrevistado A: “Eu tinha um filho bem pequeno e precisava de um trabalho de meio período. Encontrei o anúncio, me candidatei e fui aprovada”.

Entrevistado B: “Na verdade, não escolhi. Comecei ali há 20 anos e fui me especializando”.

Entrevistado C: “Não escolhi, a área me escolheu. Era repórter de cultura, quando recebi um convite para trabalhar em Brasília. Era o início da redemocratização, e, um ano depois, veio o Plano cruzado, que nos obrigou a todos jornalistas, a aprender rapidamente temas econômicos complexos, como inflação, indexação, formação de preços, contas fiscais e contas externas. Com a sucessão de pacotes contra a inflação e as crises externas acabei me especializando e me tornei repórter na área”.

Como pode ser observado, a especialização foi consequência do trabalho no jornalismo econômico, de modo que os jornalistas começaram sem um conhecimento amplo sobre a economia. Pela atividade nas redações, eles tiveram que buscar especialização na área para continuar trabalhando com o jornalismo econômico.

Sendo assim, pode-se afirmar que a visão que os entrevistados tinham da economia era talvez a mesma apresentada pelos jornais no Brasil, já que era a única fonte de informação sobre economia. Hoje, com a especialização que possuem, pode ser que tenham maiores conhecimentos sobre as teorias econômicas e as preocupações da ciência econômica, embora a maioria ainda insista em citar determinados assuntos como pautas do jornalismo econômico, excluindo outros igualmente ou mais importantes.

Como a resposta foi pessoal e não teve interferência dos veículos em que trabalham não se pode deixar de afirmar que trata da visão única e exclusiva dos entrevistados. E se eles possuem o conhecimento das preocupações da “ciência da escassez”, mas não o expôs nas respostas, certamente a afirmação de Kucinski (2002) sobre o papel da ideologia dominante na produção das notícias é válida, uma vez que os jornalistas estão contaminados pela visão mercadológica tanto do jornal em que trabalham quanto dos meios que convivem cotidianamente para escreverem suas reportagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e interpretação dos dados coletados do caderno Mercado do jornal Folha de São Paulo, bem como as entrevistas realizadas com os jornalistas da área permitem concluir que o jornalismo econômico elege alguns assuntos, geralmente os relacionados aos interesses empresariais e de investidores, como sendo os principais do caderno.

As tabelas que dividiam os termos que representavam a “ciência da abundância” e os que representavam a “ciência da escassez” mostraram a diferença de 70% entre as ocorrências das duas tabelas. O que não pôde ser interpretado apenas pelos números, mas que foi exposto no trabalho é a qualidade dessa informação. A leitura apontou que os termos da “ciência da escassez” quando usados, o foram de maneira superficial, sem abrir espaço para debates ou aprofundar as questões que são recorrentes no Brasil como o desemprego, a pobreza e as condições de trabalho da população.

As entrevistas com jornalistas da área de economia confirmaram o que era visto na tabela, já que a maioria dos entrevistados colocou os grandes temas da macroeconomia, que envolve interesses de utilidade apenas aos empresários e burocratas da área, como as pautas do jornalismo econômico.

A postura da imprensa em eleger determinados temas como principais para abordagem no caderno de economia faz com que a população não se reconheça nas páginas dos jornais, uma vez que a realidade sócio-econômica brasileira é, muitas vezes, omitida para dar espaço ao bom desempenho econômico de alguns setores específicos. A população, portanto, não consegue enxergar a influência direta da política econômica em suas vidas.

A ciência da escassez passou a ser tratada como ciência da abundância, resumindo-se ao dinheiro, à acumulação de capital, à especulação financeira e afastando-se das satisfações das necessidades humanas, conforme Troester e Mochón (2002).

O critério de noticiabilidade pautado pelo interesse público (TRAQUINA, 2005) é desconsiderado no momento em que o interesse de uma pequena fração é a justificativa para abordagem de alguns temas. A forma como as notícias são apresentadas, e que é discutido neste trabalho, mostram que a preocupação central sempre é com os investidores ou empresários, como exemplo cita-se a matéria da África do Sul após a Copa (edição de 26 de setembro). Como Sarcinelli (2009) afirma, as equipes de reportagem ignoram a parcela mais significativa da sociedade: trabalhadores, aposentados, donas-de-casa, estudantes, microempresários e funcionários públicos, impedindo, segundo Kucinski (2002) que essas

pessoas, assim como a elite dominante, possam se antecipar às mudanças de fase da economia.

A cobertura parcial da realidade não permite que os leitores compreendam a importância de alguns temas como taxas de juros, balança comercial, etc. Esses assuntos não são ligados a nenhuma outra questão que seja de interesse da coletividade. Talvez, por isso, os estudos sobre jornalismo econômico apontam a complexidade da linguagem ou o “economês” como a maior deficiência do jornalismo econômico. Vale destacar que a questão não está na complexidade, mesmo porque os termos são facilmente entendidos por aqueles que trabalham na área, a questão é que a realidade representada nesses veículos é diferente da realidade vivida pela maior parte da população brasileira, o que faz com que os textos se pareçam mais com códigos que só podem ser decifrados por quem ele realmente interessa e representa.

Ao serem excluídos do jornalismo econômico, a população perde a capacidade de intervir na sociedade, conforme destaca Melo (1986) e Basile (2002). Para Basile quando a informação de economia não leva em conta o impacto que as decisões têm sobre a população, particularmente os mais pobres, ela é despolitizadora e imobilizadora.

A predominância dos termos destacados na categoria “ciência da abundância” deste trabalho não permite que os leitores entendam qual é a situação real da economia brasileira em outros aspectos que não na acumulação de capital. A situação do emprego, do aumento da renda e da desigualdade que quase não apareceu na tabela “ciência da escassez” faz com que não haja debate na sociedade a respeito dos problemas sociais que o desemprego, a pobreza podem causar.

O leitor também fica impossibilitado de lutar por melhores condições, já que desconhece as dificuldades e os problemas das áreas que lhe interessam. O crescimento econômico, que é exaustivamente pautado pelos jornais, não é associado ao desenvolvimento econômico no sentido adotado por Amartya Sen (2000, apud CORSI, 2003) como um processo de expansão da liberdade desfrutada pelos membros de uma sociedade. As pessoas têm que ter acesso aos meios e aos recursos que lhes propiciem condições reais de exercerem seus direitos e suas liberdades.

A análise permitiu confirmar que o jornalismo econômico atende a uma necessidade da área empresarial, legitimando o sistema capitalista e o poder do capital. De acordo Kucinski (2000), a escolha do capital e não do homem como sujeito de suas histórias e objeto de suas preocupações decorre da ideologia de livre mercado em suas várias manifestações. Para o autor, essa inversão de valores foi agravada pela natureza da economia no sistema neoliberal, que excluiu o povo de seu campo de significações.

Portanto, a visão distorcida e a omissão de determinados temas pelo jornalismo econômico pode ser explicado pela própria natureza dos meios de comunicação no Brasil, que são concentrados nas mãos de um pequeno grupo de empresários. A ideologia disseminada é a desse grupo, que pretende manter o *status quo*, facilmente observado na análise.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.
- ALVARES, José Eduardo de Barros. **Desigualdade e Polarização: tendências para a economia brasileira e gaúcha**. Porto Alegre: 2006.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado autoritário**. Bauru: EDUSC, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa : Edições 70, 1977.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **A Estabilidade Inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**.
- BASILE, Sidnei. **Elementos de jornalismo econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- BIONDI, Aloysio. **A linguagem na reportagem econômica**. In: Seminário de Técnica de Jornalismo, 1. Rio de Janeiro. ABI, 1974 (Coleção Comunicação Hoje).
- BETING, Joelmir. **Na Teoria a prática é outra**. São Paulo: Impres, 1982
- CAFEO, Reinaldo. Dissertação: **Jornalismo Econômico: análise dos editoriais da Folha de S.Paulo**. Bauru, 2007.
- CALDAS, Suely. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: Contexto, 2003.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de Despedida do Senado Federal**. Brasília, 1994.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Presidência da república, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 25/08/2010.
- CORSI, Francisco Luiz. **A questão do desenvolvimento à luz da globalização da economia capitalista**. Revista de Sociologia e Política nº 19, p. 11-29, Nov 2002.
- COSTA, Frederico Lustosa. **Relações estado-sociedade no Brasil: representações para uso de reformadores**, Rio de Janeiro, 2009.
- DEFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da Comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FERREIRA, Francisco H. G. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?** IN: HENRIQUES, Ricardo. (IPEA). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 131 – 158.
- FGV – **Cenários de Desigualdade, Crescimento e Miséria**. Disponível em www.fgv.br/cps/...sociais.../BES2_03_Cenários_Desigualdade.pdf. Acesso em 22/08/2010.

FOLHA DE SÃO PAULO, **História da Folha**. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm. Acesso em 22/09/2010.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, n. 29.739, 04 de setembro de 2010.

_____ São Paulo, n. 29.740, 05 de setembro de 2010

_____ São Paulo, n. 29.746, 11 de setembro de 2010.

_____ São Paulo, n. 29.747, 12 de setembro de 2010.

_____ São Paulo, n. 29.753, 18 de setembro de 2010.

_____ São Paulo, n. 29.754, 19 de setembro de 2010.

_____ São Paulo, n. 29.760, 25 de setembro de 2010.

_____ São Paulo, n. 29.761, 26 de setembro de 2010.

FURTADO, Celso. **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Base: ano de 2010. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2010.shtm. Acesso em 25/08/2010.

INSITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO. Endereço eletrônico: www.ivc.org.br

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica. Capítulo – Mídia de Exclusão**. São Paulo: Edusp, 2002

_____ **A síndrome da antena parabólica. Capítulo – Paradoxos do jornalismo econômico**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____ **Jornalismo Econômico**. São Paulo: Edusp, 2000.

MELO, José Marques de. **Comunicação: direito à informação**. Campinas: Papirus, 1986.

MELO, José Marques de. (org.). **Gêneros e formatos na comunicação massiva periódica: um estudo do jornal Folha de São Paulo**. São Paulo : Universidade Metodista. 1998. Trabalho apresentado no 21º Intercom, Recife, 1998.

PNAD. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios 2009**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708&id_pagina=1. Acesso em 24/08/2010.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008**. Disponível em http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh20072008/hdr_20072008_pt_complete.pdf. Acesso em 15/08/2010.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento para América e Caribe 2010**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em 28/08/2010.

QUINTÃO, Aylê-Salassié Filgueiras. **O Jornalismo Econômico no Brasil depois de 1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

ROSA, Silvia. Trabalho de Conclusão de Curso: **Jornalismo Econômico – uma leitura possível**. Bauru, 2005.

ROSSETI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Círculo do Livro, 1999.

SARCINELLI, José Antônio. **Jornalismo Econômico: a sedução do poder**. Disponível em <http://www.hottopos.com/mirand3/econ.htm>. Acesso em: 25/06/2010.

SIMONSEN, Mário Henrique. **A política antiinflacionária**. In Simonsen, M. H. e Campos, R., editor, **A Nova Economia Brasileira**. Livraria José Olympio: Rio de Janeiro, 1974.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. Série Os Economistas vol I. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

SOUZA, Jessé. **A Gramática Social da Desigualdade Brasileira**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a05v1954.pdf>. Acesso em: 03/08/2010.

TELLES, Vera. **Pobreza e Cidadania: precariedade e condições de vida**. IN: MARTINS, H.H.T de S. e RANALHO, J. Ricardo. (orgs). Terceirização, diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: Hucitec: Cedi/Nets, 1994.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

TROESTER, Roberto Luís; MOCHÓN, Francisco. **Introdução à economia**. São Paulo: Makron Books, 2002.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; PINHO, Diva Benevides (org). **Manual de Economia**. 4ªed. São Paulo: Saraiva, 2003.

VICENTE, Maximiliano Martin. **Comunicação e Cidadania: tensões e complementaridades**. IN: Comunicação e Cidadania. Bauru: EDUSC, 2009.